

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

HENRI FRANCIS TERNES DE OLIVEIRA

QUANDO A TROPA É O MANIFESTANTE  
O MOVIMENTO DAS ESPOSAS DE POLICIAIS MILITARES DO PARANÁ

CURITIBA

2018

HENRI FRANCIS TERNES DE OLIVEIRA

QUANDO A TROPA É O MANIFESTANTE  
O MOVIMENTO DAS ESPOSAS DE POLICIAIS MILITARES DO PARANÁ

Dissertação apresentada à banca examinadora como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-graduação em Sociologia, Departamento de Ciências Sociais, Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Pedro Rodolfo Bodê de Moraes.

CURITIBA

2018

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE  
BIBLIOTECAS/UFPR-BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS  
COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Rita de Cássia Alves de Souza – CRB 9/816

Oliveira, Henri Francis Ternes de.

Quando a tropa é o manifestante: o movimento das esposas de policiais militares do Paraná [recurso eletrônico] / Henri Francis Ternes de Oliveira. – Curitiba, 2018.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Rodolfo Bodê de Moraes.

1. Polícia Militar – Paraná – Greves e lockouts. 2. Direito a greve. 3. Policiais militares – Paraná - Disciplina. I. Universidade Federal do Paraná. II. Título.

CDD 331.89298162



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR CIÊNCIAS HUMANAS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIOLOGIA

## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em SOCIOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **HENRI FRANCIS TERNES DE OLIVEIRA** intitulada: **Quando a tropa é o manifestante: o Movimento das esposas de Policiais Militares do Paraná.**, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua aprovação no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 21 de Maio de 2018.

ANDRE RIBEIRO GAMBERARDINO  
Presidente da Banca Examinadora (UFPR)

ELENA CAMARGO SHIZUNO  
Avaliador Externo (UFPR)

RODRIGO BUENO GUSO  
Avaliador Externo (ACADEPOL)

**...Um dia vivi a ilusão de que ser homem bastaria  
Que o mundo masculino tudo me daria  
Do que eu quisesse ter  
Que nada, minha porção mulher que até então se resguardara  
É a porção melhor que trago em mim agora  
É o que me faz viver...  
Gilberto Gil – Super-Homem, a canção.**

## RESUMO

Este trabalho busca apresentar o movimento grevista dos policiais militares do estado do Paraná no ano de 2001. O Movimento das Esposas, como ficou conhecido, foi uma inovação na forma e na prática de protestar deste grupo. A atuação das mulheres dos policiais também representou outro enfrentamento bastante significativo. A própria disputa e insistência em liderar um movimento desta magnitude em um ambiente bastante demarcado pela masculinidade e até inóspito às mulheres, já pode ser considerado algo extremamente relevante. O protagonismo feminino no movimento apresentou dois problemas ao grupo. Um de ordem moral, mas também prática, que se tratava justamente da noção de não violar o seu próprio corpo, e neste caso o corpo dos seus iguais, representado aqui pelas mulheres dos policiais que bloqueavam as entradas dos quartéis, como forma de impedir o serviço de patrulhamento e atendimento de ocorrências. O segundo dilema vivenciado pelo grupo, é o de ter como suas representantes políticas as mulheres. As ações das esposas forçam o governo e a instituição militar não só a tolerar, mas a reconhecer a liderança das mulheres. Elas rompem, portanto, a barreira que as relega a um determinado papel social exclusivo. O ponto crítico do movimento é a superação da fronteira moral que “impedia” a instituição e os policiais de utilizarem a força contra suas próprias esposas. É neste momento que entra o corpo feminino novamente, mas agora é o corpo da mulher policial que é utilizado como arma para evitar o contágio moral da instituição e seus homens. As policiais são encarregadas de fazerem a retirada das esposas da frente do Comando Geral da Polícia Militar.

Palavras chave: Movimento grevista. Polícia Militar. Mulheres.

## **ABSTRACT**

This work seeks to present the striking movement of the military police of the state of Paraná in the year 2001. The Wives' Movement, as it became known, was an innovation in the form and practice of protesting this group. The police officers' work also represented another significant confrontation. The very dispute and insistence on leading a movement of this magnitude in an environment quite demarcated by masculinity and even inhospitable to women, can already be considered something extremely relevant. The female protagonism in the movement presented two problems to the group. One of a moral but also a practical one, which was precisely the notion of not violating their own body, and in this case the body of their equals, represented here by the women of the police who blocked the entrances of the barracks, as a way to prevent the service of patrolling and attendance of occurrences. The second dilemma experienced by the group is to have as its political representatives women. Wives' actions force the government and military institution not only to tolerate but to recognize women's leadership. They thus break the barrier that relegates them to a particular social role. The critical point of the movement is the overcoming of the moral boundary that "prevented" the institution and the police from using force against their own wives. It is at this moment that the female body enters again, but now it is the body of the police woman who is used as a weapon to avoid the moral contagion of the institution and its men. The police are in charge of removing the wives from the front of the General Command of the Military Police.

Keywords: Strike Movement, Military Police, Women.

## LISTA DE FIGURAS

|             |  |    |
|-------------|--|----|
| FIGURA 1 –  | “UM PROTESTO FAMILIAR” .....   | 51 |
| FIGURA 2 –  | GREVE DOS PM’S NO TOCANTINS E A PARTICIPAÇÃO DAS<br>FAMÍLIAS NA OCUPAÇÃO DO QUATEL .....   | 52 |
| FIGURA 3 –  | PASSEATA ENCERRA MANIFESTAÇÃO .....  | 53 |
| FIGURA 4 –  | MULHERES DE PMS BLOQUEIAM QUARTEL .....  | 56 |
| FIGURA 5 –  | CRISES DESGASTAM GOVERNO LERNER .....  | 63 |
| FIGURA 6 –  | REFERÊNCIA AO MOVIMENTO CONTRA OS CASTIGOS FÍSICOS<br>SOFRIDOS POR POLICIAIS EM 1908 ..... | 66 |
| FIGURA 7 –  | ACORDO PIFOU .....   | 77 |
| FIGURA 8 –  | PROTESTO DA PM AMEAÇA SEGURANÇA .....  | 78 |
| FIGURA 9 –  | MULHERES PROMETEM RADICALIZAR .....  | 79 |
| FIGURA 10 – | PM CONTINUA DENTRO DA PCE .....  | 80 |
| FIGURA 11 – | OFICIAIS PREPARAM LISTA PARA PUNIÇÃO .....   | 80 |
| FIGURA 12 – | DONA DE CASA ESQUECE A TIMIDEZ E ADERE AO<br>PROTESTO .....                                | 83 |
| FIGURA 13 – | MANIFESTANTES PROMETEM OFENSIVA .....  | 84 |
| FIGURA 14 – | MULHERES DE PMS SÃO RETIRADAS À FORÇA .....  | 85 |
| FIGURA 15 – | PM REPRIME PROTESTO E PRENDE MULHERES .....  | 85 |



## LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

|         |   |   |
|---------|---|---|
| BPM     | – | Batalhão de Polícia Militar                 |
| 13º BPM | – | Décimo Terceiro Batalhão De Polícia Militar |
| CG      | – | Comendo Geral                               |
| IT      | – | Instituição Total                           |
| IT's    | – | Instituições Totais                         |
| PM      | – | Polícia Militar                             |
| PMPR    | – | Polícia Militar do Paraná                   |
| QG      | – | Quartel do Comando Geral                    |
| SESP    | – | Secretaria de Segurança Pública             |

## SUMÁRIO

|          |   |           |
|----------|---|-----------|
| <b>1</b> | <b>INTRODUÇÃO .....</b>   | <b>10</b> |
| <b>2</b> | <b>HISTÓRIA DA POLÍCIA MILITAR: UMA BREVE EXPOSIÇÃO DA<br/>INSTITUIÇÃO POLICIAL NO BRASIL .....</b> | <b>13</b> |
| <b>3</b> | <b>O CAMPO E O OBJETO .....</b>   | <b>25</b> |
| 3.1      | EU, MILITAR. UM SOCIÓLOGO DA CASERNA .....  | 25        |
| 3.2      | MOLDANDO OS CORPOS: POSTURA CORPORAL E MORTIFICAÇÃO<br>DO EU .....                                  | 40        |
| 3.3      | TORTURA FÍSICA, TORTURA PSICOLÓGICA: SELECIONANDO OS<br>CORPOS .....                                | 45        |
| <b>4</b> | <b>FAMÍLIA MILICIANA .....</b>  | <b>50</b> |
| 4.1      | O MOVIMENTO DAS ESPOSAS .....   | 54        |
| 4.2      | CICLOS E REPERTÓRIOS .....  | 59        |
| <b>5</b> | <b>MULHERES, CORPOS E O MOVIMENTO DAS ESPOSAS .....</b>   | <b>69</b> |
| 5.1      | BARREIRA SOCIAL E FRONTEIRA MORAL .....   | 74        |
| <b>6</b> | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>   | <b>87</b> |
|          | <b>REFERÊNCIAS .....</b>  | <b>89</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

Embora salte aos olhos de pesquisadores e pessoas ligadas à temática as questões de gênero que irão se seguir nestas linhas, a pesquisa não está alicerçada nos supostos teóricos-metodológicos dos estudos de gênero, tampouco na teoria feminista.

Isto porque, em primeiro lugar, o objetivo da investigação era conhecer e analisar o Movimento das Mulheres – como ficou conhecido este movimento na Polícia Militar do Paraná, como um todo – onde as questões de gênero não aparecem abertamente, mas estando sempre implícitas, sempre tencionam e cavam um lugar ao sol na pesquisa aqui apresentada.

Quase como uma sombra perturbadora, que seguiu a este pesquisador desde os primeiros momentos da inserção no campo de investigação, esta opção de abordagem se fazia presente e propunha um diálogo, objeto investigador, enriquecedor.

Implícitas, pois em nenhum momento as mulheres, protagonistas do evento, reivindicam uma atuação baseada, influenciada e motivada pelo feminismo ou por algum tipo de teoria ou perspectiva feminista. Em segundo lugar, tampouco a imprensa, outra fonte material investigada, levantou a questão por esse viés.

Ocorre que a sua própria atuação fugindo ao “papel comum” às mulheres que estão circunscritas a este tipo de instituição – que tem uma marca masculina e masculinizante bastante forte – já é um indício de que algo diferente estava em curso.

Na sequência, ainda durante as entrevistas<sup>1</sup> na fase da pesquisa empírica, ao despertar para um dos fatos mais marcantes do movimento, que se trata quase de um final melancólico típico de um romance trágico, onde os corpos femininos são postos uns contra os outros despidos de proteção e também de dignidade, ficou claro a dimensão e importância deste evento e o quanto pode ser revelador das práticas e ações das instituições policiais brasileiras.

Este momento revela também a riqueza deste movimento e o quanto ainda pode ser explorado pela sociologia, mas não apenas pela sociologia, pois tenho convicção que outras áreas do conhecimento também tem muito a descobrir investigando este fato histórico marcante na polícia do Paraná e do Brasil.

---

<sup>1</sup> As entrevistas ocorreram no período compreendido entre 21/12/2016 e 21/07/2017.

Aqui o trabalho encontra seu limite, e deixa apenas uma contribuição inicial para que este evento possa, quem sabe, ser investigado em termos mais complexos.

A pesquisa alcança apenas o início da discussão e tenho certeza que o tema ainda deve suscitar muitas abordagens e debates valiosos. Acredito também que revele aspectos importantes, não somente ao debate sobre as polícias brasileiras, mas sobre a participação das mulheres na política paranaense e brasileira.

Contribuo humildemente para não deixar este evento desaparecer no tempo. Contudo, seria displicente não abordar o tema, ou ao menos tentar fazê-lo, mesmo que de forma superficial e marginal por essa perspectiva, pois como dito acima, ela acaba saltando aos olhos das pessoas minimamente atentas a estas abordagens.

Resta, portanto, justificar e lamentar que a intenção da investigação foi cobrir um movimento grevista em sua completude e o recorte teórico metodológico utilizado não alcançará profundamente as questões de gênero que o evento por si só propõe. Outras abordagens aguardam novas investigações e pesquisas para a exploração profunda de tema tão instigante e complexo.

Desta forma esta pesquisa busca conhecer um movimento grevista de policiais militares no estado do Paraná, que aconteceu no ano de 2001 nos meses de maio e julho e teve como principal elemento a atuação das esposas dos grevistas.

Na verdade, o movimento foi organizado e conduzido pelo protagonismo das mulheres, que inauguram uma nova fase nas experiências contestatórias deste grupo, os policiais militares.

A análise busca articular os conceitos de “ciclo de protestos” e “repertório” com o de “instituição total”. Pensando e assumindo o conceito goffmaniano de instituição total para a corporação militar estudada e a partir disto compreendendo todas as implicações e dificuldades dos sujeitos submetidos a esta instituição, no exercício de sua cidadania e na busca por seus direitos mais básicos, procurei entender o movimento como um novo ciclo de protestos que se estendeu a todo o estado do Paraná e por várias unidades da polícia militar, tendo a atuação das mulheres, suas táticas e performances como um repertório inovador, onde se buscou quebrar os impedimentos legais a que o grupo de policiais está submetido, justamente por estarem inseridos em uma instituição total.

O trabalho buscou a compreensão e análise sociológica deste fenômeno e, para isto, além da pesquisa empírica a experiência do autor foi considerada como um elemento fundamental a análise.

Minha própria vivência como um membro desta instituição durante alguns anos me proporcionou não apenas um contato privilegiado com seus membros, mas a experiência de vivenciar e presenciar o *modus operandi* da instituição, suas técnicas e práticas de impor a “mortificação do eu” e manter o controle do grupo de internados, de observar a quebra dos limites legais, de normas e regras na atuação cotidiana dos agentes nela envolvidos.

Foi a oportunidade não consciente e tampouco planejada e programada de experimentar na prática o que já havia sido apontado pela teoria sobre este tipo de instituição. Foi também neste período o primeiro contato com o tema, ouvindo histórias e relatos que iriam se tornar fundamentais ao desenrolar da pesquisa. Foi também a oportunidade de conhecer de forma mais íntima os sujeitos desta instituição, conhecer um pouco do que pensam sobre os mais variados temas, enfim, a oportunidade de compartilhar dilemas e sofrimentos pessoais, de ser solidário e solitário em um mundo complexo, cercado de violência, mas também alegria e ao mesmo tempo.

## 2 HISTORIA DA POLÍCIA MILITAR: UMA BREVE EXPOSIÇÃO DA INSTITUIÇÃO POLICIAL NO BRASIL

Neste capítulo pretendo expor um pouco da história das forças policiais no Brasil, mais precisamente sobre a Polícia Militar. Quero situar o leitor sobre como as polícias no Brasil se tornaram as organizações que conhecemos hoje, bem como qual influência e que marcas esses aparatos de segurança pública carregam. Pretendo também localizar historicamente a criação e desenvolvimento dessas instituições e como acabaram se tornando um aparato repressivo organizado e burocratizado.

Este breve histórico é fundamental à apresentação do tema principal desta pesquisa, pois é reconhecendo os principais elementos que orientam e constituem as forças policiais que vamos poder problematizar os diversos fatos sociais que marcam as questões relativas ao “controle social perverso<sup>2</sup>” exercido sobremaneira, pelas instituições de segurança pública.

Diversos pesquisadores atribuem as primeiras organizações policiais do Brasil à chegada da família real à colônia. Entretanto, podemos avançar um pouco mais no tempo e lembrarmos dos primeiros colonizadores e o “pacto” feito entre metrópole e colonos, onde os primeiros eram responsáveis pelo escoamento e distribuição da produção – sobretudo nos mercados europeus – e os colonos, além de sua responsabilidade de produzir na terra, também eram os responsáveis por proteger a “propriedade”. Neste caso, contra invasores estrangeiros principalmente, uma vez que a coroa portuguesa não dispunha de meios suficientes para tomar conta das imensas terras brasileiras.

Sodré afirma que “o senhor de terras será, conseqüentemente, autoridade pública. Investido, inclusive, do poder militar, salvo no mar para o que não tem possibilidades” (2010, p. 25). Assim sendo os donatários de terras no Brasil eram reconhecidos ao mesmo tempo como Governadores e Capitães, tendo estes, controle absoluto sobre as armas que deveriam ser comercializadas somente entre os cristãos e súditos do Rei de Portugal.

---

<sup>2</sup> Moraes, 2005 revela aspectos do controle social perverso a partir da pesquisa com agentes do sistema prisional. O autor trata do conceito de “controle social mediante a punição”. O caráter perverso se daria justamente por sua condição de crueldade. Em grande medida esse trabalho é influenciado pela pesquisa do Professor Pedro, como costume chamá-lo, sua investigação a partir do olhar dos agentes penitenciários é uma maneira não tradicional de fazer pesquisa nos ambientes prisionais, que geralmente busca o grupo dos presos como fonte principal das pesquisas neste campo. Considero que estudar movimentos reivindicatórios de policiais militares é de alguma forma seguir os passos do mestre. Sou muito grato ao Professor Pedro Bodê por sua paciência, compreensão, solidariedade e pelos ensinamentos que tem me passado.

O donatário tinha a prerrogativa de Comandante e poderia convocar os povoadores a servir sob seu comando em tempo de guerra. Portanto, encontramos a concentração do poder político administrativo e do poder militar ou do uso da força em uma mesma pessoa.

Outro elemento importante que podemos elencar a respeito da formação social brasileira e que também parece fazer parte da formação das organizações militares do nosso país, conseqüentemente adentrando às polícias, justamente por vermos essa concentração de poder, inclusive militar, nas mãos de poucos homens, é a perversidade dos senhores de escravo que atingem os negros diretamente e também se mostra presente em outros contatos sociais.

Freyre (1987) destaca que influências externas são as responsáveis por despertar nas crianças impulsos sexuais como a *bestialidade* e o *sadismo* e revela que “nesse período é que sobre o filho da família escravocrata no Brasil agiam influências sociais – a sua condição de senhor cercado de escravos e animais dóceis – induzindo-o à bestialidade e ao sadismo” (FREYRE, 1987, p. 50).

Essa violência característica dos tempos da colonização é parte de uma socialização que ganha outros espaços e avança no campo da vida pública e política em nosso país. É uma violência que aparece de forma velada e quase naturalizada. “Por outro lado, a tradição conservadora no Brasil sempre se tem sustentado do sadismo do mando, disfarçado em ‘princípio de autoridade’ ou ‘defesa da Ordem’” (FREYRE, 1987, p. 52).

Isto pode bem ser entendido no próprio tratamento recebido pelas praças das forças policiais no Brasil, que recebiam severas punições e até castigos físicos ainda no século XX. Exemplo disto é a famosa “Revolta da Chibata<sup>3</sup>”. Durante a pesquisa de campo por indicação de um grande amigo e também pesquisador da área, tive acesso a um documento que tratava justamente de uma revolta de policiais, militares estaduais, que se rebelaram contra os castigos físicos nos quartéis no ano de 1908, portanto, antes ainda da revolta da chibata.

O documento é um relatório ao presidente da província e não traz muitos detalhes sobre o ocorrido, mas o evento também foi citado em uma matéria de jornal que trataria sobre o movimento das esposas no ano de 2001.

Assim, é possível imaginar que tipo de tratamento recebiam os policiais, que eram encarregados de cuidar da repressão ao povo neste tipo de instituição. Também

---

<sup>3</sup> A “Revolta da Chibata” foi um episódio ocorrido em 1910 na Marinha. Os marinheiros rebelados exigiam o fim dos castigos físicos nos navios.

podemos especular que este tipo de violência sofrida pelos militares repercutia de forma ainda mais perversa quando os mesmos eram acionados, e neste momento empoderados, para tratar de outros grupos sociais, obviamente aqueles desprovidos de poder.

Neste sentido, baseado na argumentação de Sodré (2010) e Freyre (1987), podemos notar uma prática já bem peculiar no que se refere ao tipo de modelo que se perpetuou na segurança pública do Brasil. Modelo este centralizado, com ênfase na proteção da grande propriedade privada e do seu dono, o particular, que ainda detinha poderes quase absolutos e chegando a contestar a própria coroa em alguns momentos marcados por uma socialização violenta e na relação claramente hierarquizada de grupos sociais cujos papéis eram muito distintos na divisão social do trabalho e opunham proprietários e trabalhadores ou escravos, como também pela violência sobre os próprios policiais responsáveis pelo serviço.

É este o “princípio organizador” que orientou o processo de formação de todo o nosso aparato de segurança pública. É este princípio norteador que tem se reproduzido e se atualizado adaptando-se sem, contudo, deixar de lado sua essência violenta e autoritária. O uso dizer que este tipo de conduta e de “estrutura” marcou e conduziu as instituições da segurança pública no Brasil, tanto culturalmente quanto em seu *modus operandi*.

Logo na chegada da família real portuguesa o uso da força parece ter sido utilizado para desalojar os moradores da região da cidade do Rio de Janeiro onde a corte iria se instalar.

Barreto afirma que o conde dos Arcos determinou que “todos os elementos da polícia comparecessem ao largo do Paço” (1939, p. 154) para acompanhar o desembarque da corte recém-chegada. Na sequência o autor lembra da “lei das aposentadorias”, um decreto do príncipe regente que dava direito a qualquer fidalgo de escolher uma casa e se apoderar dela com tudo o que havia dentro sem possibilidades de questionamentos do então proprietário:

Para dar cumprimento à lei das aposentadorias elaborada pelo conde dos Arcos, o processo era sumaríssimo. Bastava que um fidalgo qualquer se agradasse de uma casa, para o dono dela se retirar e entregá-la sem apelação nem agravo. Vinha o meirinho, intimava o proprietário e na fachada do prédio escrevia a giz as letras P. R., que queria dizer “príncipe real”, mas que o povo traduzia por “ponha-se na rua” ou “prédio roubado”. Tal arbitrariedade, que dava lugar a que os naturais do país, às vezes abastados, ficassem, de uma hora para outra, reduzidos à penúria, encheu o povo de indignação, crescendo as iras contra o intendente (BARRETO, 1939, p. 154).



Aqui vale destacar da citação acima, “*os naturais do país, às vezes abastados*” indicando que em sua maioria a parcela da população prejudicada pela lei das aposentadorias não foi a dos abastados e da elite colonial e também o “*crescendo as iras contra o intendente*” que faz sugerir uma insatisfação e até mesmo certa resistência por parte da população sendo o intendente e por consequência a força policial obrigada a acompanhar, quando não agir na aplicação de tal lei.

O mesmo autor declara que um dos primeiros atos após a chegada da família real ao Rio de Janeiro foi a organização do serviço policial aos moldes do que havia em Portugal.

Um dos primeiros cuidados de d. João foi o de organizar o serviço policial da cidade, moldando-o pelo que existia em Lisboa, e criou, por alvará a 5 de Abril de 1808, a Intendência Geral de Polícia da Côrte e do Estado do Brasil, e, logo depois, também criou o cargo de intendente geral de Polícia, por alvará de 10 de Maio do mesmo ano (BARRETO, 1939, p. 159).

E segue com o seguinte acerca do que havia sobre o policiamento no Brasil.

Com a publicação desse ato, ficaram necessariamente centralizadas tôdas as atribuições policiais, que, até à vinda do príncipe regente, competiam a várias autoridades: o ouvidor geral, os alcaides mores e menores, os quadrilheiros e os capitães-mores de estradas e assaltos.

Aliás, segundo demonstração irretorquível de Vieira Fazenda, muito antes do alvará de 10 de Maio de 1808, já aqui existiam ouvidores do crime e desembargadores da Relação investidos das funções administrativas de intendentos gerais da Polícia, podendo-se citar, como exercendo o cargo de intendente geral da Polícia, no Brasil, o desembargador José Antônio da Veiga, em 1788, e o desembargador Luiz José de Carvalho e Melo, depois visconde de cachoeira, em 1799 (BARRETO, 1939, p. 161).

Sobre esse período, Holloway (1997), vai nos mostrar como a partir da vinda e do estabelecimento da Coroa Portuguesa no Brasil, a estrutura vigente, pode-se dizer, se institucionaliza e ganha um formato moderno adaptando-se as novas formas de poder e da construção do próprio Estado moderno no Brasil, que lança mão do uso exclusivo da força como uma de suas características principais.

Assim Holloway, destaca que “o controle exercido tradicionalmente através de hierarquias privadas” (1997, p. 19) passa agora a ser feito por instituições públicas, sem, contudo, exilar as relações sociais tradicionais que marcaram a formação da sociedade brasileira e ainda hoje demonstram grande força no dia-dia das instituições de nosso país.

Desta forma o autor marca um período de transição onde a “estrutura social” tradicional apenas ganha novos contornos e aparece institucionalizada dentro de um aparato burocrático bem específico. É nesse momento que podemos reconhecer o nascimento formal e legal das polícias militares e suas várias fases.

Barreto também irá indicar a data da criação da Polícia Militar no mesmo período:

A Polícia Militar do Rio de Janeiro foi criada pelo decreto do príncipe regente, datado de 13 de Maio de 1809, com a denominação de Divisão Militar da Guarda Real de Polícia.

É instituição à qual se deve uma série de valiosos serviços, quer na paz, quer na guerra.

Nos campos do Paraguai constituiu o 31 de Voluntários e colheu imarcescíveis louros, sob o comando do coronel Manuel José Machado e Silva (BARRETO, 1939, p. 201).

Por este quadro apresentado, pode se supor que este é o embrião do autoritarismo e da violência marcadamente expostos em nossas polícias militares. Essa argumentação também encontra refúgio na história das polícias militares, marcada por grandes intervenções em eventos bélicos e sociais, onde, de maneira geral, sempre esteve apoiando as elites e ou os grandes proprietários de terras do país. Alguns exemplos muito marcantes são a participação na Guerra contra o Paraguai, citada logo acima, a “Guerra de Canudos”, onde tropas das polícias estaduais foram convocadas a combater os seguidores de Antônio Conselheiro, “Guerra do Contestado” e “Porecatu” no Paraná. Sobre o Contestado, Bordin falando sobre as polícias estaduais afirma que:

Outra característica que chama a atenção é que, mesmo com o passar do tempo e com as mudanças nos tipos de regimes de governo, as polícias estaduais sempre mantiveram o ethos guerreiro, ou seja, de uma tropa preparada para a guerra, mantendo as mesmas características das forças armadas e, por consequência, utilizando as mesmas armas e equipamentos (BORDIN, 2012, p. 330).

O autor segue com:

No conflito denominado “Guerra do Contestado”, o emprego das forças policiais não foi diferente de outros conflitos ou períodos históricos da história do Paraná ou do Brasil, ou seja, serviu para reprimir determinado grupo social que não se “encaixava” na nova ordem republicana (BORDIN, 2012, p. 331).

Sobre Porecatu, evento pouco conhecido do público em geral, e mesmo por parte da militância de esquerda<sup>4</sup>, Silva (2006 p. 82) relata que:

Desde o início das operações de represália, estabeleceu-se uma cumplicidade crescente entre fazendeiros, seus jagunços e os policiais. Por exemplo, no dia 20 de junho de 1951, Ricardo Lunardelli pediu a prisão dos trabalhadores rurais, que estavam em greve. Mais um exemplo, o soldado Bugrão protestava, porque todos os dias “era o mesmo sufoco”: podia aparecer um fazendeiro de caminhão pedindo para expulsar alguém de suas terras. Em troca, “os grileiros e os fazendeiros” forneciam transporte e comida para a tropa. Os Graduados e os oficiais recebiam alguns presentes, mas “o capitão, principalmente, era quem mais ganhava”.

Mais tarde, diante da incapacidade dos jagunços em controlar a rebelião, as forças militares tomaram o comando das operações e os transformaram em simples coadjuvantes na repressão. Para eles foram reservados papéis auxiliares de guia das tropas e de delatores. Assim, no dia 09 de janeiro de 1951, o jagunço Luiz Meneses serviu como guia à força policial quando esta se encarregava de expulsar a família Billar da fazenda Tabapuã (SILVA, 2006, p. 82).

A fala do soldado, a sequência da citação, bem como a sequência dos fatos na região norte do Paraná entre a década de 40 e 50, são mais um exemplo do que foi afirmado acima e está de acordo com a proposição de Holloway (1997) de que a passagem do improvisado à centralização e institucionalização das forças policiais no Brasil manteve seu caráter dos tempos iniciais, permanecendo ou perpetuando portanto, as “hierarquias privadas e as relações sociais tradicionais” da sociedade brasileira desde seus primeiros momentos. Sendo o aparato policial utilizado na manutenção do poder de elites e na garantia da grande propriedade privada, e geralmente em desfavor das classes trabalhadoras e os pobres do país, servindo deste modo a garantia de uma segregação e um controle social pelo uso da violência. Também sobre o evento de Porecatu e a participação da Polícia Militar do Paraná, Oikawa nos conta que:

Na partida, há uma grande comoção de parentes que estão na gare para se despedir dos militares. Uma rápida preleção do comandante geral da Polícia Militar do Paraná, Coronel Junot Rebello Guimaraes, dá uma amostra do que os jovens soldados recém-saídos da Companhia Escola de Curitiba encontrarão:

- Estais partindo para amais importante missão de um soldado que é a de pacificar uma região em conflito. Encontrareis posseiros armados, e muito bem organizados, causadores de muitas mortes. Mas tenham a certeza que com a ajuda de Deus, sereis vitoriosos.

---

<sup>4</sup> Tanto Osvaldo Heller da Silva como Oikawa apontam a participação do Partido Comunista no evento. O subtítulo do excelente livro de Oikawa é “A guerrilha que os comunistas esqueceram”.

Os soldados são jovens com menos de 20 anos. Carregam em suas mochilas o mínimo necessário. A munição é farta, porém o fuzil é de 1910, um FO como é conhecido – Fuzil Ordinário. A expedição transporta ainda duas metralhadoras pesadas, morteiros e granadas. O aparato militar impressiona os passageiros civis que compartilham a viagem. Mas há medo nos praças. Dois deles não param de tremer. Oficiais e sargentos se ocupam em tranquilizar a tropa, mas ela está impressionada com o que ouviu dos acontecimentos em Porecatu: que ali encontrarão a morte, com certeza; que ali vivem posseiros armados até os dentes que castrão e esquartejam os soldados e que não vai sobrar ninguém para contar a história. São jovens que conhecerão dias difíceis, não conseguiram conter a luta armada e, num futuro breve, terão que pedir reforços. Serão vítimas de emboscadas que semearão o pânico e liquidarão a moral da tropa (OIKAWA, 2011, p. 122).

O autor destaca que o conflito em Porecatu é um exemplo típico da formação da grande propriedade de terra no Brasil, as disputas e a confusão toda na região estariam ligadas ainda ao período anterior à República, mas somente com a política de Getúlio Vargas de ocupação territorial com o programa Marcha para o Oeste, que incentivava a ocupação de terras devolutas, o conflito se acirra e os grupos interessados passam a se enfrentar de forma violenta. Segundo o autor, após a queda de Getúlio Vargas em 1945, o programa de ocupação territorial fica esquecido, mas as terras agora com benfeitorias e com a mata derrubada pelos posseiros gera o interesse de políticos do Paraná e de grandes fazendeiros de São Paulo. Assim os posseiros se viram obrigados a se organizar em associações e defender suas posses de armas nas mãos. Como pode-se notar nas linhas acima o papel da polícia nesses conflitos está bastante demarcado.

Também é indispensável para conhecer melhor estas instituições e sua história, entender um pouco quem são e quais as características dos trabalhadores/profissionais, dos indivíduos que compõem os quadros destes aparatos repressivos. Para tanto devo destacar que quando Holloway (1997) relembra que os estudos feitos no Brasil sobre a escravidão como uma instituição que marcou profundamente a formação do Estado brasileiro, apesar de sua grande importância, não contemplaram outra categoria social que com o passar do tempo se tornou cada vez mais importante. A esta categoria muito complexa, Holloway dá o nome de “pobres livres” e descreve:

Como resultado do novo enfoque, por mais importante que tenham sido esses estudos para melhor compreendermos a escravidão como instituição e a experiência escravocrata, deixou-se de examinar o papel histórico e a experiência de outra categoria social que, na primeira metade do século XIX, antes do fim da escravidão no Rio de Janeiro, assemelhava-se em tamanho a população escrava urbana. Pode-se dar a esta categoria a denominação genérica de pobres livres, ou classe baixa não-escrava, incluindo-se aí os “pobres sem patrão”, dividi-la em grupos mais específicos: nômades marginais, criados domésticos, as muitas pessoas envolvidas nos níveis inferiores da produção artesanal e posteriormente industrial, no comércio varejista e no abastecimento, e em serviços como construção, transporte e acomodações públicas – e também os praças do sistema policial (HOLLOWAY, 1997, p. 24).

No tocante a este estudo a ênfase deve ser exatamente na última ocupação relacionada pelo autor, “praças do sistema policial”. Isto para que tenhamos uma breve aproximação de qual categoria social pertenciam ou de onde eram recrutados estes indivíduos que faziam o serviço repressivo exercido pela polícia no início do século XIX. Sem dúvidas, isso é muito representativo e também pode nos ajudar a construir, mesmo que superficialmente, um quadro sobre as origens dos trabalhadores da área de segurança pública no Brasil. Também podemos nos lembrar novamente de Sodré quando destaca que:

O caráter dos estabelecimentos coloniais, da tarefa preliminar de apossamento de terras, de expulsão dos habitantes primitivos e ainda de sua escravização em muitos casos, fazendo do índio capturado o escravo da lavoura e fazendas de criação, ou o servo, neste último caso principalmente, impunha essa mobilização, adrede prevista e preparada (SODRÉ, 2010, p. 34).

Mais adiante o autor ainda revela que “o grosso da tropa é de índios, na maioria das vezes, enquadrados apenas por uns poucos colonizadores” (SODRÉ, 2010, p. 34). É nesse período, aproximadamente nos dois primeiros séculos da colonização, que forças militares regulares e irregulares vão se constituindo e dando o tom de uma “sociedade guerreira” e que se constitui basicamente da exploração e do uso da violência para se estabelecer. A grande força numérica das “Bandeiras” cuja composição encontrava lastro nas camadas pobres da sociedade ou mesmo entre índios e escravos são mais um exemplo disso que está colocado acima.

Esse exemplo, ainda que em período anterior ao que podemos chamar de burocratização das forças policiais no Brasil, é muito valioso também para este estudo. Também devemos dar atenção especial a formação das chamadas Milícias, que

aparecem no período da mineração como uma resposta da coroa ao novo ciclo econômico que se apresenta no Brasil.

Com a descoberta das minas e a mudança de ciclo econômico do açucareiro para o da mineração, a coroa se vê obrigada a manter um controle mais rígido sobre a retirada do minério e a comercialização do mesmo. Se antes Portugal estava presente em terras coloniais através do “pacto” entre metrópole e colônia, ou seja, não havia uma presença física direta da coroa portuguesa, agora busca impor uma estrutura de controle mais severa e eficiente para garantir a exploração e o monopólio da extração do ouro no Brasil. Conforme afirma Sodré:

Assim, a delegação de poderes não teve condições para repetir-se: a metrópole foi obrigada a instalar todo um imenso aparelho de poder público, que a representasse. Esse aparelho, que cresceu desmedidamente, assentou em particular no fisco, na justiça e nas milícias, organizações que assumiram desde o início uma posição repressiva inequívoca (SODRÉ, 2010, p. 61).

Essa, sem dúvida, é uma das origens das polícias no Brasil e de seu processo de formação, mantendo sempre as características principais que são a repressão e a garantia da propriedade. Essas tropas, na prática, deveriam garantir a taxaço, o transporte e evitar o desvio do ouro<sup>5</sup>.

Sodré (2010) ainda nos traz indicações muito valiosas acerca das características destas tropas que agora deveriam assegurar a ordem controlando uma população em crescimento que buscava prosperidade na mineração. Também deveria garantir a exploração do ouro, bem como proteger e propiciar a segurança das autoridades ali colocadas pela metrópole para assegurar a sua função.

Os cargos de comando agora eram formados por elementos muito próximos a coroa ou mesmo enviados do Reino, enquanto os soldados e postos inferiores de comando eram recrutados na própria colônia, isso para garantir o controle absoluto das tropas. “Como os postos militares, de capitão para cima, acabam, praticamente, por se fazer monopólio dos emigrantes lusitanos, os representantes da nobreza rural se descontentam também” (SODRÉ, 2010, p. 65). Outra característica destas tropas era a sua organização regular e permanente, algo diferente do que ocorria nos primeiros momentos da colonização que tinha sua marca na irregularidade e no recrutamento somente em momentos de crise e necessidade.

---

<sup>5</sup> A polícia militar de Minas Gerais é uma das mais antigas do país e reconhece sua origem em 1775, em pleno período de exploração do ouro.

Logicamente, esse novo tipo de organização gerou um conflito entre o modelo antigo e o novo, onde se viu o fortalecimento do segundo nas áreas de mineração e a prevalência do primeiro nas áreas onde a mineração não teve destaque. Assim sendo, podemos notar ainda mais a concentração de poder nas mãos do “indivíduo”, autoridades estas a mando de Portugal e de sua confiança que agora contam com um aparato burocrático e militar em plena expansão que trabalhava para atender aos interesses da coroa portuguesa, mas que por vezes era capaz mesmo de questioná-la como o próprio texto também destaca.

Ainda para ilustrar as características já citadas acima e a função das milícias, Sodré afirma que “é uma força destinada a fiscalizar o povo, a vigiar as suas ações, a reprimir qualquer manifestação de rebeldia – é uma força contra o povo” (SODRÉ, 2010, p. 66).

Mais adiante serão apresentados mais exemplos que ilustram o perfil socioeconômico dos trabalhadores deste segmento. Em outro momento, Holloway (1997) discorre sobre as dificuldades da recém-criada Polícia Militar e das divergências entre a Guarda Nacional, uma organização paramilitar e mais “elitizada” que foi criada para atender aos interesses dos proprietários.

O próprio critério de seleção para os integrantes desta força mostra como esta organização possuía algumas características de diferenciação em relação a PM mesmo deixando claro que os integrantes eram na verdade pertencentes a pequena burguesia nacional.

Havia certa desconfiança sobre os elementos da polícia, pois esses tinham origem nas camadas inferiores da sociedade enquanto os integrantes da Guarda Nacional pertenciam a outro grupo social. Na conclusão do capítulo três, “Crise 1831/1832”, Holloway (1997, p. 106) deixa claro que estas novas forças, estes aparatos repressivos que se desenvolveram neste período eram na verdade uma resposta ao momento em que se encontrava a sociedade brasileira.

As elites necessitavam de proteção e de segurança para suas propriedades e estas instituições aparecem para dar conta do controle social que o momento exigiu, sempre opondo os grupos poderosos e os demais grupos sociais. Essas forças policiais tinham a incumbência de controlar as massas e repelir rebeliões, deveriam manter a ordem e garantir a propriedade bem como perseguir escravos fugitivos.

Essa é uma breve introdução da formação destas instituições, e a Polícia Militar do Paraná, a corporação que teve a oportunidade de conhecer mais de perto está inserida neste mesmo contexto.

O século vinte segue sem muitas novidades no âmbito das práticas policiais, o que se vê são a continuidade das participações das polícias em revoltas e guerras internas, a centralização e o aperfeiçoamento técnico por parte das instituições policiais.

Quanto a isto Dallari (1977) relata que em 1906 chega a São Paulo a Missão Francesa, composta pelo Comandante Paul Balagny, um tenente e um sargento que só deixam o país em 1914 por conta da guerra entre França e Alemanha. A Missão transforma a Força Pública de São Paulo em uma “supermilícia”, tendo inclusive influenciado a decisão do Presidente Hermes da Fonseca quanto a não intervenção federal no Estado, situação pedida por diversos políticos a época. Este modelo se consolida como sendo o mais utilizado no Brasil. Após a ascensão de Vargas em 1930 gradativamente as instituições policiais brasileiras, em seus respectivos estados vão se submetendo a centralização e padronização:

A partir da implantação do Estado Novo, a federação brasileira cede a um movimento no sentido de forte centralização político-administrativa. Em 2 de dezembro de 1937 são queimadas bandeiras estaduais, para simbolizar, segundo a explicação do governo ditatorial, a união de todos os brasileiros sob uma só bandeira.

A Força Pública passaria a atuar nesse novo contexto, como força auxiliar do governo federal, para impedir ou reprimir os movimentos organizados contra a ditadura. Na verdade, embora atingindo, inúmeras vezes, um alto grau de violência, com a utilização da cavalaria da Força Pública contra manifestantes desarmados, chegando-se mesmo a abrir fogo contra a multidão, não foram muitos aqueles movimentos (DALLARI, 1977, p. 70).

Neste ponto vale ressaltar o “*chegando-se mesmo a abrir fogo contra a multidão*”. O autor prossegue contando sobre a resistência dos alunos da Faculdade de Direito de São Paulo e as invasões dos militares da Força Pública a sede do centro acadêmico procurando subversivos.

Com o golpe militar em 1964 e a edição dos decretos 667 de 1969 e o decreto-lei 317 de 1967 que torna as polícias e bombeiros militares em força auxiliar e reserva do exército mantendo a tradição brasileira, há nova centralização e grande interferência do exército. Esta interferência foi tanta que no artigo 5º o decreto 317 diz:

Art. 5º O Comando das Polícias Militares será exercido por oficial superior combatente, do serviço ativo do Exército, preferentemente do posto de Tenente-Coronel ou Coronel, proposto ao Ministro da Guerra pelos Governadores de Estado e de Territórios ou pelo Prefeito do Distrito Federal (BRASIL, 1967).



Neste sentido vale lembrar as palavras de Foucault quando está tratando sobre a temática da polícia:

É, portanto o exercício do poder real sobre os indivíduos que são seus súditos é nisso que consiste a polícia. Em outras palavras, a polícia é a governamentalidade direta do soberano como soberano. Digamos ainda que a polícia é o golpe de Estado permanente que vai se exercer, que vai agir em nome e em função dos princípios da sua racionalidade própria, sem ter de se moldar ou se modelar pelas regras de justiça que foram dadas por outro lado (FOUCAULT, 2008, p. 457).

De acordo com esta passagem e analisando este breve histórico sobre as forças policiais do país, podemos concluir que não há nada de novo no caso brasileiro quanto a função essencial da polícia em relação ao Estado. O que podemos elencar além do autoritarismo exacerbado e da violência desmedida, seria seu formato militarizado desde sua mais tenra aparição e é a partir deste elemento e das contradições postas por ele, e com uma opção teórico metodológica que trataremos desta instituição daqui para frente.

### 3 O CAMPO E O OBJETO

Este capítulo trará um pouco da minha experiência pessoal dentro de uma instituição militar e do reconhecimento deste tipo de corporação como uma instituição total, que por mera opção estética e de facilidade na leitura do texto por vezes será tratada de forma abreviada com as iniciais I.T's.

Este relato tem por objetivo a contextualização da minha própria vivência enquanto “nativo” e pesquisador. A busca pelo distanciamento necessário a análise e a reflexão sem, contudo, deixar de assumir uma posição quanto ao olhar ou a escolha de um tipo de abordagem para compreender o fenômeno estudado.

Portanto, a própria opção em adotar o conceito de instituição total a esta corporação é uma escolha não meramente metodológica, mas que levou em conta a própria experiência do autor. Possivelmente outros autores que trabalham com a temática de organizações militares terão ressalvas ao abordarem tais instituições como esta que estou propondo, entretanto não poderia deixar de ser diferente para mim neste momento.

#### 3.1 EU, MILITAR. UM SOCIÓLOGO DA CASERNA<sup>6</sup>

Embora o título possa sugerir a condição de um sociólogo a serviço da caserna, ou da instituição militar é, na verdade, uma referência ao trabalho de Castro (2004) e a minha própria experiência no mundo militar. O meu contato inicial com o tipo de instituição que vou abordar nesta pesquisa remonta o ano de dois mil, ainda sem nenhuma pretensão acadêmica ou de pesquisa, apenas uma atuação como pertencente a um dos grupos que compõe esse tipo de organização. Foi quando me alistei e prestei o serviço militar na Força Aérea Brasileira (FAB).

Após o primeiro ano de serviço pedi engajamento por mais dois anos, totalizando três anos de serviço como soldado em uma instituição militar. Essa

---

<sup>6</sup> Este título faz referência ao excelente trabalho “O Espírito militar. Um antropólogo na caserna” do Antropólogo Celso Castro.

oportunidade me proporcionou o convívio dentro de uma *instituição total*<sup>7</sup> a qual mais tarde conheceria ainda melhor.

Depois desta experiência eu busquei a Universidade com o objetivo de cursar Ciências Sociais e ingressei no curso da UFPR no ano de dois mil e quatro. Devido às dificuldades financeiras para me manter estudando comecei a prestar alguns concursos públicos e já no ano seguinte fui aprovado no concurso do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná.

A opção de seguir as próximas etapas do concurso e ingressar no Corpo de Bombeiros me obrigou a interromper momentaneamente a graduação na Universidade Federal até por ter sido classificado para fazer o curso de formação de soldados em Foz do Iguaçu, no Paraná. Essa escolha me colocou novamente dentro de uma instituição total. Naquele momento, embora já tivesse experiência sobre a rotina e o ambiente dos quartéis acreditava que devido à atividade-fim do Corpo de Bombeiros essa instituição teria muitas vantagens e diferenças em relação a uma instituição militar propriamente dita. Logo pude perceber as semelhanças, tanto da rotina quanto da cultura interna. As adaptações que visavam apenas repetir o mesmo formato da instituição anterior também se tornaram evidentes para mim. Porém, obviamente outros elementos foram introduzidos na rotina, outras técnicas bastante específicas foram aprendidas e um conjunto de práticas me foi ensinado, a mim e a turma de novos soldados que ali ingressavam. Tais técnicas se faziam necessárias para a execução das atividades e atribuições desta nova atividade que agora eu começaria a exercer. Ao mesmo tempo em que me deparava com algo novo também retornava ao antigo, pois tudo ali me parecia muito familiar, desde os regulamentos<sup>8</sup> aos rituais mais simples. De certa maneira essa experiência anterior na Força Aérea me ajudou na adaptação e na própria “sobrevivência”<sup>9</sup> ao curso de formação de

---

<sup>7</sup> Vou tratar de instituições militares como instituições totais, de acordo com as próprias sugestões e exemplos de Goffman em “Manicômios, Prisões e Conventos” (1974).

<sup>8</sup> O Corpo de Bombeiros é vinculado a Polícia Militar do Paraná e ambos utilizam o RDE, Regulamento Disciplinar do Exército. Também outros regulamentos e normas internas não passam de mera cópia dos utilizados pelas forças armadas.

<sup>9</sup> Os próprios cursos trabalham com essa perspectiva e não são poucos os casos de morte e acidentes envolvendo militares em cursos formação. Também há grande número de desistência dos cursos de formação sendo inclusive estimulada e precipitada em alguns casos. Por isso o emprego da palavra sobrevivência. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/sargento-dos-bombeiros-morre-afogado-durante-treinamento-de-mergulho-em-paracatu.ghtml>>. Acessado em: 05/03/2018.

soldados. Nesta época ainda não tinha conhecimento sobre o conceito de instituição total, nem do debate feito por Foucault (2009), mas já conhecia bem os efeitos deste tipo de ambiente na prática. Acredito ser importante marcar essa referência de como conheci de forma mais íntima e até privilegiada a instituição abordada e o grupo que está circunscrito a ela.

Como bombeiro, trabalhei durante doze anos na corporação e deixei a atividade por conta do meu ingresso no Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPR, trabalho de pesquisa que se encontra em fase de conclusão e que escrevo neste momento.

Desde os primeiros contatos com os bombeiros mais antigos, tomei conhecimento das histórias sobre os eventos que hoje se tornaram meu objeto de investigação, portanto considero fundamental a minha vivência como militar, para além de ter conhecido o que depois viria a se tornar meu objeto de pesquisa, a partir da perspectiva dos próprios militares, sobretudo das praças<sup>10</sup>, que foi o grupo a que pertenci e que tive o maior contato durante esse período.

Este, portanto é um trabalho realizado a partir deste olhar, dos praças e de seus familiares, não no sentido de uma tomada de posição em favor deste grupo, mas de seu campo de visão. Acredito que esta escolha trará inclusive mais fidedignidade ao trabalho.

O simples fato deste grupo não ter o direito e a liberdade de se manifestar por completo acerca de suas demandas pessoais ou coletivas já torna o exercício de ouvir suas vozes algo mais intrigante e provocativo do ponto de vista sociológico para mim. Ainda arriscaria a dizer que este tipo de evento tem muito mais a declarar sobre a história do estado do Paraná e do país do que possamos dimensionar, pois ele pode certamente estar inserido na imensa lista de lutas e obstáculos enfrentados por boa parte da população para alcançar a cidadania.

Curiosamente, é justamente o grupo e a instituição utilizada pelo Estado para manter sob controle diversas camadas da população impedindo o acesso a essa cidadania, como já dito no capítulo anterior.

Entendo que mais do que um enfrentamento por aumento de salário o Movimento das Esposas foi um grito de alerta e um pedido de socorro. A seu modo e

---

<sup>10</sup> Os militares no Brasil se dividem basicamente entre praças e oficiais. As praças são os responsáveis pela execução, o serviço operacional propriamente dito, enquanto os oficiais são responsáveis pela gestão e ocupam cargos de chefia, além de serem o braço político das organizações militares.

com as condições que lhes eram oferecidas essa foi sua contribuição. Como diz Maestri ao relatar sobre a Revolta da Chibata:

Esta não é uma história “imparcial” dos acontecimentos de 1910. Procuramos relatar os fatos do ponto de vista das classes subalternas e, portanto, dos próprios marinheiros. Isso acreditamos, aproximou-nos da verdade histórica. Em 1910, nas lutas e nas reivindicações dos marinheiros da Armada encontravam-se o fermento de um Brasil mais justo, mais humano e mais democrático. Mais verdadeiro, enfim (MAESTRI, 2000, p. 09).

Também ter tido a experiência de pertencer ao “grupo de internados” como classifica Goffman (1974) a um dos grupos que pertencem a este tipo de instituição, e assim obter um olhar também bastante privilegiado sobre a própria instituição foi essencial ao trabalho de pesquisa e reflexão sobre o tema.

Os relatos sobre esse e outros movimentos grevistas ou reivindicatórios me fascinavam e eu sempre estava disposto a ouvir algum antigão<sup>11</sup> contar histórias sobre os acontecimentos da época. Foi assim que acabei desenvolvendo um trabalho monográfico ao término da minha graduação com o título “Os movimentos de resistência na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros do Paraná: O caso dos descamisados” (TERNES, 2014).

Neste trabalho eu apresento um movimento de guarda vidas no litoral do estado no ano de 1994 e que teve grande impacto no Corpo de Bombeiros. O movimento significou uma quebra de paradigma na instituição, tendo maciça adesão da tropa, foi um dos enfrentamentos coletivos dos praças mais diretos, corajosos e impressionantes.

Ao preferirem não realizar uma greve, o que poderia ter um desfecho trágico aos bombeiros uma vez que se algum acidente grave acontecesse e os bombeiros estivessem ausentes de seus postos, eles fatalmente seriam responsabilizados criminalmente e sofreriam as consequências jurídicas e da mão pesada do Estado.

Foi então que adotaram outra tática e preferiram tirar o uniforme, mas manter sua atividade nos postos de guarda vidas espalhados pela praia, assumindo seu

---

<sup>11</sup> Referência utilizada pelos nativos do grupo a um militar mais antigo. Não está necessariamente ligado ao tempo de serviço do militar e nem a sua posição na hierarquia, mas a sua posição de mais antigo em relação a quem utiliza o termo. Assim, um jovem militar pode se referir a um militar apenas pouco tempo mais antigo que ele na instituição como “antigão”, embora geralmente seja utilizado para demonstrar quanto o militar é mais velho na instituição. Um soldado com alguma experiência de caserna pode ser chamado de antigão por um capitão por exemplo, sendo que na hierarquia funcional o capitão está bem acima, mas pode ter menos tempo de serviço.

compromisso com o serviço e a população, mas ferindo de morte a hierarquia institucional. O nome “descamisados” foi em virtude desta ação e é muito lembrado pelos bombeiros mais antigos e é reconhecida por eles como uma ação que foi realmente capaz de forçar mudanças positivas no serviço de praia.

Os efeitos desta minha vivência, agora ainda mais crítica do que minha passagem anterior por uma organização militar, tornavam minha estadia em Foz do Iguaçu mais complexa. A turma deveria ter vinte e cinco alunos, mas chegamos à cidade no início do mês de abril de dois mil e cinco com apenas doze jovens, por volta das 0h. Já tínhamos cabelos cortados e um pequeno enxoval solicitado pela administração.

Basicamente usaríamos uma calça jeans azul, uma camiseta branca e um tênis branco até recebermos o fardamento apropriado. Seriam várias semanas utilizando aquele uniforme para todas as atividades, inclusive as de manutenção e limpeza, o que por si só já gerava um trabalho a mais, pois nos era exigido que o uniforme estivesse limpo todas as manhãs. Portanto, lavar roupa nas horas de folga se tornou parte da rotina mais do que normalmente.

Se apresentar com o tênis ou o uniforme sujo poderia significar perder momentos preciosos da folga, sendo obrigados a realizar alguma tarefa depois do expediente ou no final de semana. Obviamente tínhamos mais de uma calça e muitas camisetas, compradas em quantidade no Paraguai ou em algum ambulante da cidade, mas ter mais de um par de tênis era mais difícil para a maioria.

Isso ficou ainda mais complicado quando recebemos um par de tênis igual para todos, de péssima qualidade, porém um pouco mais fácil de limpar. De qualquer forma, deveria estar branquinho todas as manhãs e isso nem sempre era possível dependendo da atividade do dia anterior, ainda mais quando você estava de serviço, o que limitava muito sua ação, pois deveria pernoitar no quartel e não tinha como lavar a roupa.

Vários recursos eram utilizados pelos alunos, desde pintar de branco o tênis todas as manhãs para não precisar lavar – o que obviamente transformava o tênis em pouco tempo – até aquela técnica básica de deixar secando atrás da geladeira durante a noite.

A maioria dos doze primeiros alunos era da região de Curitiba, no Paraná. Outros se juntariam a nós nos próximos dias, mas a turma demoraria a ficar completa e logo após os demais chegarem e os vinte e cinco alunos estarem à disposição,

algumas desistências começaram a acontecer e suplentes foram sendo chamados. Ao final de nove meses de curso terminaríamos em apenas vinte e dois alunos.

Na noite em que chegamos, fomos direcionados a um pequeno quartel, onde só funcionavam setores administrativos do Corpo de Bombeiros da cidade de Foz do Iguaçu. Ficamos em um alojamento improvisado e fomos orientados que só teríamos direito a ficar alojados no quartel até que o nosso primeiro pagamento fosse feito, e a partir dali deveríamos deixar o quartel e procurar um local para ficarmos hospedados.

No dia seguinte recebemos números e “nomes de guerra<sup>12</sup>” e assim a nossa identidade começava a ser forjada dentro da instituição. A maioria dos alunos mantinha a expectativa de retornar para casa após o curso de formação, esse era um elemento que nos mantinha ligados. Quase todos os colegas de turma tinham algum motivo pessoal para retornar as suas cidades de origem, geralmente a família aparecia como um desses motivos.

Alguns dos rapazes tinham filhos pequenos ou eram recém-casados, outros tinham a família de forma genérica como um bom motivo para justificar o seu retorno para casa. No meu caso, isso também era verdadeiro, pois queria estar próximo a minha família, mas também estava muito aflito por que desejava retomar o quanto antes o meu curso de graduação na Universidade. Esse elemento em comum, a “família”, será abordado mais a frente, pois tem uma grande relevância ao debate que será proposto mais adiante. Embora seja uma categoria genérica e de difícil definição ela aparece nos discursos dos membros do grupo e funciona como justificativa e embasamento para determinadas ações do grupo.

Uma vez morando temporariamente na unidade militar, minha intenção desde o início era ficar longe do quartel, pois morar ali, além de ter a liberdade diminuída, te deixa vulnerável a ser escalado para pequenas tarefas imprevistas a qualquer momento em suas horas de folga. Essa visão sobre os laranjeiras<sup>13</sup> eu já carregava da minha experiência anterior.

Contudo, o salário demorou algum tempo a sair e, quando veio, eu e boa parte dos colegas já tínhamos contraído algumas pequenas dívidas, pois os Bombeiros só

---

<sup>12</sup> Entre os militares nome de guerra é o nome pelo qual é conhecido o militar dentro do quartel. Pode ser o primeiro nome ou o sobrenome, geralmente é escolhido pela coordenação do curso de formação.

<sup>13</sup> Termo nativo utilizado para se referir aos militares que ficam alojados no quartel, ou seja, moram na unidade. Era mais comum de se ouvir na Aeronáutica (FAB).

oferecia as refeições básicas e o alojamento e, portanto, outras necessidades eram custeadas por nós mesmos, inclusive materiais e apostilas utilizados no curso.

Nos momentos de apuro, minha família em Curitiba era uma alternativa de socorro financeiro. Assim que recebi o primeiro salário procurei um local para morar junto com alguns colegas da turma, precisava que fosse de fácil acesso ao quartel onde tínhamos a maioria das instruções e que fosse bem localizado. Alugamos uma casa em cinco colegas, que ficava a mais ou menos 6 km de distância do principal quartel onde permanecíamos a maior parte do tempo durante o curso.

O trajeto era feito todos os dias de bicicleta com chuva ou sol. Saíamos de casa pouco depois das 6h para dar tempo de organizar as coisas antes de entrar em forma<sup>14</sup>, logo cedo. Entretanto, a estadia no quartel serviu para conhecer melhor os colegas e marcar algumas afinidades entre os membros do grupo.

Ter de compartilhar um espaço íntimo como banheiro e local onde se dorme com pessoas desconhecidas é uma experiência interessante e revela bastante sobre as pessoas. A rotina era bastante cansativa, pois além das atividades de instrução em sala de aula, ainda tínhamos atividades físicas e muita faxina a ser feita, além das escalas de plantão que depois se tornaram escalas de estágio, onde passamos a acompanhar as ocorrências nas viaturas operacionais que atendiam as emergências, mas isso se deu em um momento já bastante adiantado do curso.

Os plantões já foram definidos na primeira noite, onde todos os alunos ali presentes revezaram durante a noite toda por alguns minutos a frente da porta do alojamento. Nos dias subsequentes, as escalas eram de três alunos por noite, que revezavam na vigilância do alojamento, o que era um serviço extremamente inútil, na prática.

Nunca nos foi dito o porquê exatamente da realização daquela escala de plantão e embora a sugestão fosse a vigilância da unidade isso não se mostrava muito verdadeiro, pois antes de estarmos ali e mesmo depois de formados esse tipo de serviço não era realizado com regularidade e deixou de ser executado por que não haviam equipes de bombeiros formados disponíveis para a manutenção desta escala depois que terminamos o curso.

---

<sup>14</sup> Entrar em forma é um ritual típico de militares, onde a tropa toma posição um ao lado do outro e atrás do outro formando filas que são chamadas de colunas e linhas. Os alunos dos cursos de formação tem sua liberdade e mobilidade ainda mais reduzida que os demais militares e sempre entram em forma para as atividades diárias.



No mais, não tínhamos nenhum tipo de treinamento para realizar um serviço de vigilância eficiente. Neste aspecto Goffman (1974) já aponta alguns caminhos acerca deste tipo de prática com relação aos serviços internos atribuídos ao grupo de internados Goffman:

Haja muito ou pouco trabalho, o indivíduo que no mundo externo estava orientado para o trabalho tende a tornar-se desmoralizado pelo sistema de trabalho da instituição total. Um exemplo dessa desmoralização é a prática, em hospitais estaduais para doentes mentais, de 'tapear' ou 'usar o trabalho de outro' em troca de uma moeda de dez ou cinco centavos que pode ser gasta na cantina. As pessoas fazem isso - as vezes com certa insolência -, embora no mundo externo considerem tais ações como abaixo de seu amor-próprio, (Os membros da equipe dirigente, que interpretam esse padrão através de sua orientação 'civil' para a obtenção de dinheiro, tendem a considera-lo como um sintoma de doença mental e como uma outra pequena prova de que os internados realmente não estão bem) (GOFFMAN, 1974, p. 22).

Essa “incompatibilidade entre as instituições totais e a estrutura básica de pagamento pelo trabalho de nossa sociedade” apontada por Goffman (1974), é bastante evidente dentro de organizações militares e essa experiência no curso de formação de soldados do Corpo de Bombeiros revelou isso com muita clareza.

Como chegamos em apenas doze, os primeiros plantões contavam com uma escala a cada três dias. Além do serviço de “vigia” a equipe de alunos deveria fazer pela manhã a faxina dos dois banheiros existentes no alojamento e fazer o café para toda a turma. Era um quartel pequeno, com basicamente dois prédios: um onde ficava o nosso alojamento e o outro era um casarão antigo onde ficava a administração, com um pequeno pátio coberto entre as duas instalações. Contava também com um pequeno refeitório ao lado do prédio da administração. Era o quartel do Comando do Corpo de Bombeiros de Foz do Iguaçu.

Alguns militares do serviço administrativo também tomavam café da manhã no pequeno refeitório, mas no início tínhamos pouco contato com eles, pois quando seu expediente começava nós já havíamos deslocado em um ônibus velho e vermelho para o quartel onde deveríamos ter as instruções a uns 5 ou 6 km dali.

Às vezes, a equipe de serviço do dia também era escalada para cortar a grama e ou encerrar as viaturas administrativas que ali ficavam. Geralmente isso acontecia no final de semana, o que não impedia de sermos escalados também durante a semana para estas e outras missões, como limpar as salas do setor administrativo depois do expediente.

O café da manhã não passava de pão com margarina e doce disponíveis na geladeira do refeitório e café com leite e a janta também era no mesmo local com marmittas de alumínio que vinham de outra unidade e eram entregues por uma viatura.

No início, a chegada da viatura com os marmittex eram um acontecimento especial, mas logo depois a comida sobrava e era jogada fora, pois muitos alunos já não jantavam, um pouco empapuçados com a janta que não tinha muita variedade e praticamente repetia o cardápio do almoço.

O almoço era realizado no quartel onde as aulas aconteciam, junto aos militares mais antigos de serviço escalados naquela unidade e os poucos que cumpriam expediente lá. Até os demais alunos chegarem, nós, os doze primeiros, tivemos bastante atividade de faxina e limpeza pelo quartel. As aulas só deveriam começar quando a turma estivesse completa e durante a espera sempre arranjavam alguma faxina para os novatos.

Outras unidades do Corpo de Bombeiros da cidade também foram atendidas pelos novos alunos e seus préstimos. Segundo Goffman,

Qualquer que seja a forma ou a fonte dessas diferentes indignidades, o indivíduo precisa participar de atividade cujas consequências simbólicas são incompatíveis com sua concepção do eu. Um exemplo mais difuso desse tipo de mortificação ocorre quando é abrigado a executar uma rotina diária de vida que considera estranha a ele - aceitar um papel com o qual não se identifica. Nas prisões, a negação de oportunidades para relações heterossexuais pode provocar o medo de perda da masculinidade". Em estabelecimentos militares, o trabalho obrigatório com minúcias evidentemente inúteis pode fazer com que os soldados sintam que seu tempo e esforço não tem valor. Nas instituições religiosas há disposições especiais para garantir que todos os internados realizem, por turnos, os aspectos mais "baixos" do papel de empregado. Um exemplo extremo é a prática do campo de concentração, onde os prisioneiros são obrigados a surrar outros presos (GOFFMAN, 1974, p. 31).

Toda essa faxina faz parte da rotina dos novatos em uma instituição militar e o uso destas práticas são parte dos complexos mecanismos utilizados para imprimir ao internado uma "mortificação do eu", segundo Goffman (1974, p. 45).

Não se trata de mão de obra barata ou cara, como insistia um amigo ao discutirmos esse tema da utilização da força de trabalho dos alunos em serviços banais alguns anos depois. Eu dizia a ele que os alunos eram mão de obra barata e que seriam melhor aproveitados em instruções práticas sobre o serviço que logo deveriam realizar, contudo ele insistia que era uma mão de obra cara, pois recebiam um salário bastante acima do que o mercado paga para a realização de determinadas tarefas que são pouco valorizadas na sociedade, como a limpeza, por exemplo.

À época acabei dando razão a ele. Certamente hoje compreendo que é mais complexo do que isso. O resultado e a qualidade do serviço realizado é o que menos importa, muitas vezes se quer é verificado se o serviço de fato foi realizado. A relação do internado com a tarefa é que de fato tem alguma relevância. Acompanhada dessas atividades de faxina, outras tantas práticas somavam-se na conseqüente “mutilação do eu” indicada por Goffman (1974 p. 48).

No exemplo dado por ele na página 31 é utilizado justamente uma organização militar, a Royal Air Force (RAF), para demonstrar como funcionam esses trabalhos dentro da organização. Nele, os militares mais velhos ficam indignados com os recrutas ao verem que os mesmos estavam, de alguma forma, se dedicando ao serviço em demasia, quando, todavia, estavam recebendo seus pagamentos pelo simples fato de estarem ali vinte e quatro horas por dia e, portanto, não fazia sentido apressar qualquer atividade que não exigisse pressa, pois a ela outra se seguiria e mais trabalho teriam os recrutas. A ideia, então, seria demorar o máximo em cada trabalho. Repetidas vezes isso se verificou verdadeiro em nosso caso. Muitos colegas logo perceberam que muitas vezes a melhor escolha era prolongar a tarefa ao invés de acelerar o término da missão.

A postura corporal logo seria padronizada e disciplinada, o corte de cabelo, a proibição de brincos e outros adereços que indiquem alguma individualidade, a forma de tratamento e de como se expressar, tudo isso está dentro deste complexo de aprendizados que fazem parte de uma instituição total e foram uma das primeiras ações a serem realizadas pela administração junto aos recrutas.

Como durante o dia inteiro, de segunda a sexta-feira, ficávamos em instrução, o serviço de plantão basicamente se dava a noite, o que não impedia a equipe escalada de ficar mais empenhada que os demais em seu dia de serviço, pois no quartel onde eram realizadas as instruções a equipe de serviço tinha a obrigação de lavar a louça do almoço, arrumar o refeitório e o rancho<sup>15</sup> e, portanto, tinha de ficar bastante atenta com o horário ainda mais do que os outros alunos. Geralmente, o serviço de limpeza do almoço terminava já na hora de retornar à sala de aula, sobrando apenas poucos minutos para escovar os dentes.

Essa prática da faxina e serviços de manutenção básica das instalações dos quartéis, dos mais variados tipos, são muito frequentes durante todo o período e uma marca do curso de formação. Tanto na minha experiência na Força Aérea Brasileira

---

<sup>15</sup> Rancho em unidades militares geralmente é conhecido como o complexo maior que compreende cozinha, refeitórios, dispensa, copa etc. No caso utilizado no texto se refere a cozinha do quartel.

quanto no curso de formação de soldados do Corpo de Bombeiros isto ficou evidente, endossando os argumentos de Goffman (1974) para esse tipo de prática em instituições totais.

A faxina também é utilizada como um instrumento de punição, quando algum aluno comete alguma falta leve ele é escalado para alguma missão<sup>16</sup>. Assim, muitas vezes, a equipe dirigente busca encontrar algum erro para poder aplicar a punição, ou nas palavras de Goffman (1974, p. 78) “...um crime que se ajuste ao castigo...”.

Pode inclusive ser devido a solicitação de algum escalão superior do grupo de oficiais que precisa de força de trabalho para execução de alguma tarefa, desde limpar sua sala até favores políticos externos, e então recorre a coordenação dos cursos para conseguir os indivíduos para o trabalho.

Desta forma, a coordenação apenas escolhe os alunos escalados e justifica a escolha por uma pretensa falta do aluno. Para Goffman (1974), a instituição total produz seu próprio esquema de interpretação e ele começa a operar assim que os novos alunos ou os novatos chegam a instituição.

Dentro de uma instituição militar, o aluno, o recruta, ou o bicho, no caso da academia de oficiais, é considerado um indivíduo inferior. Sua falta de conhecimento sobre a rotina e as práticas institucionais, bem como pequenas falhas ou dúvidas simples são vistas como uma prova de sua inferioridade.

Não raramente são chacoteados e insultados com expressões típicas da caserna – “recruta é bicho do cão...”, “tinha que ser recruta mesmo”, etc. Podemos fazer aqui, guardadas as proporções e limites do conceito, uma pequena aproximação com a ideia de “identificação automática” ou “identificação global” e isso está ligado com o controle social da própria instituição.

Sendo assim, uma vez que os alunos são considerados inferiores, eles podem ser submetidos a qualquer tipo de atividade proposta pela equipe dirigente. Segundo Goffman,

Em algumas instituições, existe uma espécie de escravidão, e o tempo integral do internado é colocado à disposição da equipe dirigente; neste caso, o sentido de eu e de posse do internado pode tornar-se alienado em sua capacidade de trabalho, T. E. Lawrence dá um exemplo disso em seu registro de serviço no treinamento da R.A.F. (Royal Air Force) (GOFFMAN, 1974, p. 31).

---

<sup>16</sup> Este tipo de serviço pode ser chamado de missão, boca pobre ou boca podre, ou simplesmente faxina. Pode ser de diversos tipos, desde cortar grama, pintar muros ou lavar viaturas. Enfim, todos os serviços de manutenção das unidades ou ainda excepcionais e até mesmo os que são criados para atender a “necessidade de punir os alunos”. Mas também são chamados de missão as atividades operacionais.

Este modelo de trabalho está vinculado a outro modelo descrito pelo autor supracitado. São o “sistema de castigos e privilégios” e a ligação com o “sistema de trabalho interno”. Com o tempo se torna óbvio aos alunos que há melhores lugares para ser escalado para a faxina e existe até uma certa concorrência por determinados espaços.

Isso se torna, inclusive, um trunfo nas mãos da coordenação do curso que opera de acordo com as suas necessidades de manutenção do controle deste grupo de internados. Aqui é importante destacar que estou abordando uma instituição específica, mas que se enquadra no esquema das instituições totais proposto por Erving Goffman enquanto modelo típico ideal apresentado por Max Weber (2004).

O conjunto de características das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros os colocam evidentemente dentro do modelo de Goffman e lançamos mão deste ferramental teórico para criarmos os instrumentos necessários a análise do objeto, sem a pretensão de alcançar a “pureza” do objeto em relação ao conceito.

O Corpo de Bombeiros da PM-PR é uma Instituição Total com características próprias e peculiaridades, mas está inserida neste modelo típico ideal que nos permite verificar as ocorrências e repetições dos fenômenos e mesmo as suas variações.

Também é muito importante lembrar que esta especificidade tem como nos exemplos que estou citando um grupo de internados dentro do que poderíamos chamar do “grande grupo de internados” desta corporação, que são os praças, principalmente os que executam a atividade operacional, ou seja, aqueles que se dedicam a atender ocorrências e que precisam tirar plantões e cumprir escalas de serviço, fazendo da instituição seu “segundo lar”.

Obviamente, nesta fase da vida do militar há um distanciamento do que poderíamos chamar de modelo básico proposto por Goffman (1974), entretanto existe uma divisão ou uma tensão entre a vida civil e sua vida de internado, uma vez que trabalham por escalas e sempre estão retornando a vida de internado submetidos mais ou menos as mesmas regras, mas, contando, é claro, com um pouco mais de experiência e malícia para escapar das garras da instituição.

No caso dos bombeiros, que trabalham em uma escala de vinte e quatro horas por quarenta e oito de folga (24x48), eles ficam aproximadamente um terço do ano dentro da instituição. Ocorre que os alunos precisam passar por uma fase de formação mais longa e intensa até poderem ser considerados soldados e pertencerem ao grupo maior. Passada essa fase e o rito de passagem típico da instituição militar, serão aos poucos integrados ao grande grupo de internados.

Essa é uma pequena variação desta corporação em relação a outras I.T's, mas, para mim, está claro de que se trata de uma instituição total, embora Castro (2004) diga que temos mais a perder do que a ganhar com a utilização do conceito, digo que além dos exemplos dados pelo próprio Goffman (1974) durante todo o texto, existem muitas evidências que dão suporte a utilização do conceito.

Ele vai classificar os quartéis como um tipo de instituição total que tem o “objetivo de realizar de modo mais adequado alguma tarefa de trabalho” (GOFFMAN, 1974, p. 17) também as características físicas do espaço devem ser observadas, tendo, sem dúvida, o cuidado para não cometermos generalizações. Enquanto para Castro, “não existe uma divisão rígida entre equipe dirigente e internados” (CASTRO, 2004, p. 37), o que não é verdadeiro se olharmos com bastante atenção para um curso de formação.

Mesmo em um curso de formação de oficiais a separação entre a coordenação do curso e o grupo de alunos é algo evidente. O fato dos cadetes serem os futuros oficiais em pouco muda a realidade da formação inicial e da divisão entre os grupos. Isso é ainda mais dramático no caso da formação de praças, onde definitivamente a distância da equipe dirigente ou da coordenação do curso e do grupo de internados é ainda maior.

Em primeiro, pelo simples fato da divisão ser a mesma que é estabelecida via regulamentos dentro da instituição, entre praças e oficiais e a rígida hierarquia posta. Os oficiais são quem compõem o grupo de instrutores e coordenam os cursos de formação, além de exercer as demais funções de chefia na burocracia do órgão.

Durante muito tempo se travou uma disputa política para que praças também pudessem ser instrutores em cursos de formação na Polícia Militar do Paraná. Hoje isso foi flexibilizado por questões políticas e monetárias, mas não é menos dramático. Castro parece reconhecer a diferença entre os dois grupos:

A hierarquia militar – ou melhor, a hierarquia do corpo de oficiais – apresenta uma característica fundamental: ela fraciona um grupo de pares. Um capitão, um coronel ou um general já foram cadetes; pode-se se dizer, de certa forma, eles são cadetes com alguns anos de experiência e de idade a mais. Todos são oficiais e comungam do mesmo espírito militar. Os cadetes sabem que, ao concluírem o curso da Academia, passarão a ter a mesma condição social que seus superiores, e que a distância entre posições hierárquicas ocupadas por uns e outros será, basicamente uma questão de “quantidade” de tempo: os generais de 1985 foram os cadetes de 1945 – 55; os cadetes de 85 serão os generais de 2020 (CASTRO, 2004, p. 26).

No entanto, Castro, ao lembrar a diferenciação entre a ascendência feita pela “autoridade” e a feita pelo “prestígio”, na análise de Simmel, parece desconsiderar como o mais importante é o que de fato ocorre na prática e acaba reproduzindo o discurso institucional.

Talvez por ingenuidade ou outra coisa, mas de fato parece um grande equívoco. Vejamos o que ele diz na passagem a seguir:

Na Aman, por exemplo, o cadete que recebe uma ordem e a considera contraditória com os regulamentos pode, no limite, pedi-la “por escrito”, o que na maioria dos casos acaba levando o superior a retirar a ordem. Exemplos desse tipo são muito raros, mas possíveis: e a própria possibilidade de que venham a ocorrer serve para desestimular ordens que não estejam respaldadas nos regulamentos (CASTRO, 2004, p. 27-28).

Como vimos, na passagem o autor reconhece que exemplos assim são muito raros, eu diria extremamente raros em instituições militares de forma geral, mas o que mais impressiona é que a questão colocada parece invertida.

Não é a possibilidade de acontecer a solicitação de uma ordem por escrito que desestimula a prática de abusos, e sim, não é a possibilidade de solicitação por escrito de uma ordem absurda que dê alguma garantia ou impeça isso de ocorrer. Ao contrário: quando olhamos com atenção para os regulamentos militares podemos encontrar várias aberrações, mas de maneira geral estão presentes o direito ao “contraditório e a ampla defesa”, e como no caso de ordens abusivas ou, absurdas, como se usa normalmente em organizações militares, também há respaldo no regulamento.

Todavia, ocorre que na prática isso não tem o mínimo efeito positivo, ao contrário, muitas vezes o militar que conhecer e souber usar o regulamento, e exigir que ele seja cumprido em seu favor estará na verdade enfrentando uma força gigantesca e receberá todo o peso da instituição sobre ele.

Vale destacar que não existem outros mecanismos de controle mais comuns em outras categorias e instituições, como sindicatos por exemplo. Ele poderá sofrer uma série de perseguições e punições veladas ou “autorizadas pelo regulamento”, como transferências por exemplo, uma vez que não há uma clareza nas regras sobre transferências e isto é muito utilizado para punir militares sem a necessidade de lançar mão da burocracia e do regulamento para aplicar uma punição formal. Tal qual em instituições totais as mudanças de local de trabalho ou de convivência operam com objetivos muito similares.

Os internos são mudados, não o sistema. Por isso, podemos esperar certa especialização espacial; uma enfermaria ou uma barraca adquirem a reputação de local de castigo para internados muito teimosos, enquanto alguns postos de guarda se tornam reconhecidos como castigo para os funcionários (GOFFMAN, 1974, p. 52).

Mesmo que o regulamento permita ou preveja certas ações, muitas vezes isso não passa de mera formalidade. Ainda mais no período de formação onde todo o futuro da carreira está em jogo e ficar conhecido de forma negativa não trará um ambiente saudável. O próprio Castro segue com exemplos que ajudam nesse entendimento e destaca a diferença entre os cadetes do primeiro ano e os mais antigos do quarto ano.

Ele ainda aponta que uma academia militar é apenas um local de passagem onde se busca uma vitória cultural sobre o indivíduo e não a manutenção de uma tensão permanente entre seu mundo pessoal ou doméstico e o mundo institucional. Ocorre que essa pretensa “vitória cultural” pode ser bastante relativizada. O fato da I.T. não procurar uma vitória cultural não quer dizer que algumas não o façam, isso nada mais é do que o próprio processo de “mortificação do eu”, talvez de forma mais completa e complexa para a academia militar estudada por Castro.

O que ele propõe nada mais é do que a realização do que Goffman chama de “auto orientação controlável”:

Os internados precisam ser levados a auto orientação controlável, e, para isso, a conduta desejável e a indesejável precisam ser definidas como decorrentes da vontade pessoal e do caráter do internado, e definidas como algo que pode controlar. Em resumo, cada perspectiva institucional contém uma moralidade pessoal, e em cada instituição total podemos ver, em miniatura, o desenvolvimento de algo próximo de uma versão funcionalista da vida moral. A tradução do comportamento do internado para termos moralistas, adequados a perspectiva oficial da instituição necessariamente conterà algumas pressuposições amplas quanto ao caráter dos seres humanos. Dados os internos que tem a seu cargo, e o processamento que a eles deve ser imposto, a equipe dirigente tende a criar o que se poderia considerar uma teoria da natureza humana. Como uma parte implícita da perspectiva institucional, essa teoria racionaliza a atividade, dá meios sutis para manter a distância social com relação aos internados e uma interpretação estereotipada deles, bem como para justificar o tratamento que lhes é imposto. Geralmente, a teoria abrange as possibilidades “boas” e “más” da conduta do internado, as formas apresentadas pela indisciplina, o valor institucional de privilégios e castigos, bem como a diferença essencial entre a equipe dirigente e os internados (GOFFMAN, 1974, p. 79-80).

O autor prossegue justamente com um exemplo de militares e de como são entendidas as qualidades morais de um oficial por parte da perspectiva institucional.



O curioso de academias militares – e me parece esse o caso da Aman e certamente o da Academia de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Paraná – é justamente que elas são os espaços de formação das equipes dirigentes deste tipo de instituição.

Após o período de formação onde o internado ou militar é socializado, ele passa a ter outro status dentro da instituição e sua carreira o leva a cada vez mais incorporar a cultura institucional. Porém, a tensão entre o mundo doméstico e o mundo institucional vai permanecer, mas terá outro sentido. Escalas de serviço e chamadas inesperadas são exemplos práticos desta tensão persistente. Essa talvez seja uma das grandes especificidades das instituições militares. Sendo dessa forma e sabendo que logo integrarão outro grupo e com melhores posições e privilégios do que os demais, não é raro vermos o aparecimento do “status proativo favorável” entre os oficiais militares que passam pelas academias. Não apenas sua condição interna será diferenciada, mas também fora dos muros, após o período de formação. Na sociedade a que ele pertence, ele terá outro status, o que muitas vezes não ocorre com os praças.

Ainda um terceiro argumento apresentado por Castro (2004) é o de que Goffman trata principalmente de internamentos compulsórios, contudo ele é muito claro em afirmar que “as pessoas podem voluntariamente decidir entrar para uma instituição total e, a partir de então, podem lamentar a perda da possibilidade de tomar decisões importantes” (GOFFMAN, 1974, p. 48).

### 3.2 MOLDANDO OS CORPOS: POSTURA CORPORAL E MORTIFICAÇÃO DO EU

Com a chegada dos demais alunos passamos a ter as aulas do curso de formação. Basicamente no início as instruções são bem simples: se tratam dos regulamentos e normas internas, as formas de tratamento entre os militares, como, por exemplo, chamar os militares mais antigos de “senhor” e pedir licença sempre que entrar ou sair de um local na presença de um militar mais antigo e de como devíamos nos apresentar mantendo uma postura corporal e um modo de falar específico na apresentação.

O padrão corporal que devíamos obedecer era a posição de sentido, que consiste em corpo ereto, pés juntos e mãos espalmadas com os dedos unidos ao lado das pernas, cabeça reta com o queixo formando um ângulo reto em relação ao solo, a dois passos à frente do militar mais antigo com quem se deseja falar. A postura devia

ser seguida da frase: “aluno soldado fulano de tal, permissão para falar” e a continência habitual dos militares brasileiros. Feita essa apresentação e o aluno tendo a permissão para falar deveria então continuar falando, mas sempre na posição de sentido, ou seja, sem se mexer. Algumas regras são até similares as aprendidas em determinadas culturas, como pedir licença para entrar e sair de algum ambiente, contudo em geral esse padrão corporal imposto é justamente uma forma de proceder na “mortificação do eu” e manter o controle sobre esse grupo de indivíduos. Para Foucault:

O poder disciplinar é com efeito um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior “adestrar”; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo (FOUCAULT, 2009, p. 164).

No mundo externo não é usual a pessoa se manter estática enquanto se manifesta verbalmente e uma boa parte das pessoas em nossa cultura gesticula e utiliza o corpo como instrumento de comunicação até mesmo auxiliando as palavras.

Esse tipo de ensinamento básico é repetidamente ensaiado até que todos estejam habituados com essa forma de proceder. Para tornar esse comportamento um padrão de toda a turma é lançado mão de um treinamento chamado de “ordem unida”. Ela pode ser estática ou em movimento: são uma série de movimentos coordenados que o grupo aprende a realizar e que são executados a partir de um comando que pode ser por voz ou por corneta, por exemplo. A tropa aprende a marchar nos exercícios de ordem unida e a partir daí boa parte dos deslocamentos dos alunos serão em forma, ou seja, em grupos.

Manter a tropa em forma é uma maneira bastante eficiente para garantir o controle sobre o grupo. É possível fazer uma revista rápida e verificar quem está “fora do padrão”<sup>17</sup> no meio da tropa ou em desalinho em relação ao uniforme, corte de cabelo, etc., e é possível verificar de forma rápida faltas ou ausências.

Nesta fase fomos obrigados a sempre manter no bolso a identidade, uma caneta e um bloco de anotações, o que, na prática, raramente era utilizado a não ser quando a coordenação do curso queria pegar alguém e resolvia fazer uma revista na tropa e aquele que estivesse desprevenido estava automaticamente encrencado.

---

<sup>17</sup> Este é um termo bastante utilizado dentro do ambiente militar. O padrão é uma referência positiva para o militar. Então se algo é bom é “padrão”.

Também logo foi convencionado um sinal para que os alunos se reunissem ao término de alguma atividade ou para a realização de novas tarefas. Era um silvo de apito longo. Ao ouvir o apito todos os alunos deveriam entrar em forma em frente ao prédio da administração no quartel onde ficávamos o dia todo.

A resposta ao apito deveria ser a mais rápida possível e no início do curso era muito comum ver alunos largando tudo o que estavam fazendo e sair correndo para entrar em forma. A formação da pequena tropa era por tamanho, sendo o aluno da coluna da direita o mais alto, seguido imediatamente pelo colega ao seu lado e assim por diante com quatro ou cinco linhas.

O espaço entre os alunos na formação da tropa, que é chamado de cobertura, era de um braço, tanto para o lado esquerdo como em relação ao colega da frente. Sendo assim o primeiro indivíduo da tropa é o da coluna da direita, o “homem base”, que ergue o braço esquerdo dando a distância do seu colega ao lado e que deve ser usada como referência pelos de trás e assim por diante.

O aluno atrás do homem base, deve erguer o braço esquerdo a frente, para medir a distância do colega a sua frente e o que está a seu lado deve seguir essa distância independentemente do tamanho do seu braço, para que haja uma fileira uniforme um atrás do outro de forma que o da frente praticamente cubra o que está atrás. Existem outros tipos de formação e maneiras de manter a distância entre os membros de uma tropa militar, mas essa é uma formação básica e a que usamos quase todos os dias durante os nove meses de curso.

Aprender a marchar exige repetição e atenção, sobretudo muita repetição. Os movimentos são repetidos tantas vezes na instrução de ordem unida que em um determinado momento parecem automáticos. Para auxiliar na instrução de ordem unida a coordenação do curso pediu aos alunos que haviam sido militares das forças armadas que ajudassem na instrução. A turma foi dividida entre os colegas que já tinham conhecimento desta prática para treinar os demais, até que todos estivessem no mesmo nível. Como a ordem unida é uma disciplina do curso e que vale nota, os militares se empenhavam para ajudar seus colegas. Como eu, haviam outros (ex-militares) das forças armadas na turma e fizemos parte desta atividade no início do curso. Todos os que foram destacados para essa pequena missão tiveram nota máxima na disciplina.

Além das horas na disciplina de ordem unida a turma entrava em forma todos os dias pela manhã sempre no mesmo horário, bem antes da realização do ritual de

hasteamento da bandeira às 8h da manhã, comum em quartéis. Assim que o grupo entrava em forma era feita a chamada e por vezes era realizada uma pequena revista e repassadas algumas orientações básicas. Às vezes eram realizados alguns exercícios de ordem unida pelo pátio da unidade. O grupo era colocado a marchar pelo pátio do quartel e realizando esse mesmo procedimento muitas vezes durante vários dias e somadas as aulas de ordem unida, logo o grupo já estava bastante afinado com os comandos e a execução dos movimentos.

Também logo a postura corporal e a configuração do coletivo de alunos, enquanto uma tropa militar, foram assimilados pelo grupo. Treinados para dar respostas rápidas sem muita reflexão acerca do comando recebido, os militares se tornam especialistas neste tipo de ação. Me parece que há neste tipo de prática mais do que uma forma de organização de um grupo de indivíduos: é um exercício que será praticado quase a exaustão em unidades militares e que acompanhará a maioria dos membros deste tipo de instituição pelo resto de suas carreiras.

Em eventos cívicos, desfiles e cerimônias militares, são utilizados estes procedimentos aprendidos pela tropa em seu período de formação, uma vez que isso se torna bastante comum a um militar e nunca sai de sua memória e acaba influenciando outras ações em seu dia a dia.

Esse conjunto eficaz de “técnicas do corpo” como Mauss (2003) se refere as formas que os homens utilizam seus corpos em cada sociedade e que entre os militares é uma tradição e, portanto, repassadas para outras gerações, serão empregadas sistematicamente moldando o indivíduo e atuando de forma eficiente na “mortificação do eu”. Sobre isso diz Mauss:

Chamo técnica um ato tradicional eficaz (e vejam que isso não difere do ato mágico, religioso, simbólico). Ele precisa ser tradicional e eficaz. Não há técnica e não há transmissão se não houver tradição. Eis em quê o homem se distingue antes de tudo dos animais: pela transmissão de suas técnicas e muito provavelmente por sua transmissão oral.

Peço-vos então a permissão de considerar que adotais minhas definições. Mas qual é a diferença entre o ato tradicional eficaz da religião, o ato tradicional, eficaz, simbólico, jurídico, os atos da vida em comum, os atos morais, de um lado, e o ato tradicional das técnicas, de outro? É que este último é sentido pelo autor como um ato de ordem mecânica, física ou físico-química, e é efetuado com esse objetivo (MAUSS, 2003, p. 407).

É, pois, que ao aprender todas as técnicas que irão compor e “criar um militar” que em breve estes indivíduos acharão que isso é quase natural em seu comportamento, ou de ordem *físico química* como disse Mauss (2003).

Talvez seja também este o equívoco de Castro (2004) ao sugerir um vencido culturalmente, quando na verdade há um indivíduo socializada por técnicas tradicionalmente repetidas e eficazes, exteriores ao indivíduo e que tem justamente esta função de fazer crer que eram anteriores, no sentido de que já estavam presentes nele, naturais por assim dizer.

Sugiro, portanto, que há uma “mortificação do eu” como indica Goffman (1974). Dada essa rotina que em pouco tempo é assimilada pelos novatos, outra figura muito importante a esse esquema deve ser apontada. É o xerife<sup>18</sup>, também um novato que faz parte da turma e tem algumas funções especiais na organização do grupo.

Já nos primeiros dias de curso é escalado um aluno para essa função, geralmente um (ex-militar), alguém que já tenha tido alguma experiência em unidades militares. Posteriormente todos do grupo vão passar pela função e mais de uma vez durante todo o curso, permanecendo uma semana ou mais na atividade dependendo o número de alunos e o tempo de curso.

O xerife tem a responsabilidade de intermediar as ordens da coordenação junto aos alunos. Ele deve ter acesso as primeiras orientações e tomar as providências para que a turma esteja disponível e pronta nos horários determinados para o início de alguma atividade ou da próxima aula. É ele quem faz a chamada pela manhã, verifica algum tipo de alteração, apresenta<sup>19</sup> a tropa e passa as alterações aos coordenadores do curso. Também pode ter a responsabilidade de dividir a turma para as faxinas solicitadas pela coordenação do curso e preparar o material utilizado em instruções práticas, o que acaba colocando o aluno em contato com outros setores da administração, como o almoxarifado por exemplo.

Outra responsabilidade atribuída ao xerife é que anote seus companheiros que cometem alguma falha e repasse isso ao final do dia ou da semana, desde alterações de uniforme ou colegas que se mexem enquanto estão em forma e deveriam ficar imóveis, ou mesmo outras faltas cometidas pelos alunos. Em nosso caso o xerife recebeu uma prancheta para anotações e um apito. Era ele que dava o

---

<sup>18</sup> Também chamado de chefe de turma. Pode ter outros nomes em outras unidades militares, varia conforme a cultura local.

<sup>19</sup> Apresentar a tropa é um ritual da rotina dos militares. O militar mais antigo coloca a tropa em forma e dá o comando de sentido, faz sua apresentação pessoal nos moldes daquela ensinada aos alunos soldados e apresenta a tropa a autoridade ou ao oficial mais antigo do local.

tom e o ritmo da turma. Essa responsabilidade acabava tornando essa tarefa muito ingrata e o cargo não deixava de ser um alvo para a coordenação.

De maneira geral, o xerife é o mais cobrado pela turma e os erros considerados do coletivo de alunos são atribuídos a ele e podem ser entendidos como de sua responsabilidade, por exemplo um pequeno atraso da turma para uma aula. A coordenação acaba exigindo muito dele para que ele também cobre os demais. Por outro lado, a turma não reconhece de pronto a “autoridade” do xerife e torna a estada nesta função um momento bastante tenso para qualquer um. Acaba sendo uma função política no grupo e cada um desenvolve sua estratégia para não ter muitos problemas com a turma e ao mesmo tempo não ser punido pela coordenação.

Muitas vezes, o xerife recebe mais anotações, que posteriormente serão convertidas em punições, por erros do grupo do que os próprios colegas que cometeram as falhas. Esse “poder” que o xerife tem pode gerar ou asseverar divergências internas no grupo. Alguns podem usar essa possibilidade de escalar, quando solicitado, algum desafeto seu para alguma missão que não seja das mais requisitadas e pode também privilegiar algum companheiro mais próximo.

Essa atitude não tem muito como prosperar, pois, como há um rodízio na função aquele que se sentir prejudicado terá condições de devolver a boca pobre<sup>20</sup> a que foi escalado. Ele pode também “caguetar” os colegas, anotar os companheiros pelos menores deslizes que em geral são encobertos da administração pelo grupo. Por outro lado, é necessário ficar muito atento a horários e locais de instrução para que a turma não se atrase para as instruções. Isso é uma das coisas que mais pode incomodar um xerife.

### 3.3 TORTURA FÍSICA, TORTURA PSICOLÓGICA: SELECIONANDO OS CORPOS

A atividade física era bastante intensa, embora não fosse regular. As vezes passávamos vários dias sem fazer nenhuma atividade física. De maneira geral a corrida predominava na disciplina de educação física, mas também tínhamos natação e fazíamos muita flexão, esta, as vezes como uma forma de punir o grupo. No entanto,

---

<sup>20</sup> É um termo nativo para referir-se a uma tarefa ingrata ou menos agradável. Também pode ser chamada de boca podre.

a turma não fazia queixas disso, embora quase sempre que estivesse sendo punida com pagar flexões ela tivesse essa consciência.

Nas atividades físicas e ou outras atividades práticas era mais comum vermos a solidariedade do grupo do que em outros momentos. Nas primeiras corridas por exemplo, a turma se dividiu em três grupos, um que se destacava mais, um intermediário e o que ficava bastante abaixo da média. Como geralmente as corridas eram feitas em grupo a turma tinha que ajustar o passo para não ficar dividida e não deixar ninguém para trás. Foi aí que presenciei uma das primeiras atitudes de solidariedade do grupo.

Em uma determinada corrida um pouco mais longa um colega que tinha muita dificuldade começou a ficar muito para trás e dar sinais de muito cansaço. Foi então que alguns alunos que já sabiam de sua condição resolveram ajudar-lhe se colocando um em cada lado com os braços engatados enquanto um terceiro lhe empurrava com as mãos nas costas. Como manter essa forma de ajuda durante uma corrida é extremamente desgastante e complicado, boa parte do grupo acabou se envolvendo na ajuda ao colega, fazendo um rodízio para “rebocar” o companheiro exausto. Algumas vezes as corridas eram mais longas e com tempo contado, por vezes os mais velozes e com melhor condicionamento físico também eram estimulados pelo instrutor a apertar o passo, o que inviabilizava manter o grupo todo junto. A exigência de notas, ou seja, a avaliação também não favorecia isso.

Aqui, quero fazer alusão a um episódio que marcou muito a minha experiência no curso de formação de soldados do Corpo de Bombeiros. Em uma corrida que pode ser considerada longa, o grupo foi estimulado pelo instrutor a acelerar, o que logo fez com que alguns colegas ficassem para trás. As canções e as palmas eram usadas para manter o ânimo da turma, dar alguma sincronia no passo da tropa e equilibrar um pouco o grupo que as vezes se distanciava, por que me parece que sair correndo pela cidade em um grupo grande de pessoas contra sua vontade, muitas vezes sem saber até onde se correria, não é muito prazeroso. Ainda mais para aquelas pessoas que não são muito afetas a esse tipo de atividade física.

Entre acelerar e reduzir a velocidade para o grupo se manter próximo, fizemos uma pequena parada em um quartel onde pagamos flexões e fizemos abdominais. Muitos quilômetros já tinham ficado para trás. Terminados os exercícios voltamos a correr sem saber o destino preocupados com o retorno, pois quanto mais nos distanciávamos do quartel, mais teríamos que correr para voltar. Mas em determinado

momento já desejando muito chegar ao destino fomos informados até onde deveríamos ir e liberados para sair da formação, chegar até o quartel mais próximo e aguardar todos da turma chegarem.

A turma já estava completamente dividida e espalhada. Um colega que sempre estava à disposição para ajudar os demais, tentava fazer corridas curtas até os últimos da fila na tentativa de os motivar, mas eles já estavam muito distantes dos primeiros, e então o instrutor o proibiu de fazer isso. Ao chegar no quartel demos algumas voltas no pátio e iniciamos um alongamento enquanto esperávamos os colegas. Aos poucos a turma foi chegando e os últimos demoraram muito a aparecer gerando até uma certa apreensão.

Quando o último companheiro chegou, visivelmente exausto, praticamente se arrastando, o instrutor o colocou no centro do pátio com a turma fazendo um círculo em volta dele e lhe disse muitos insultos. O fez pagar muitas flexões e insistia que se afastasse do grupo, que ele “contaminaria” a “sua tropa” se ele ficasse próximo a nós. Dizia ele: “fique longe da minha tropa, você vai contaminar minha tropa!”. Chegou a colocar a tropa em forma e deixar o companheiro ao lado. Depois desta cena o companheiro ficou bastante abalado e muito desmotivado. A pressão sobre ele continuou também em outras atividades e seu rendimento caiu muito mesmo nas instruções onde ele tinha facilidade. Próximos de acabarmos o curso, faltando mais ou menos um mês ele desistiu. Sua moral<sup>21</sup> foi comprometida e ele não conseguiu reverter o quadro de desânimo e desestímulo.

Desta maneira nota-se claramente que a atividade física pode ser utilizada como forma de castigo, conjugada ao castigo psicológico. A atividade física não pretende preparar bem os corpos, condicioná-los para executar de forma mais eficiente a atividade fim, pensando em reduzir danos físicos e potencializando as capacidades motoras dos indivíduos, é utilizada como uma forma de seleção e competição dentro do grupo. No período de formação, muitas vezes é usada para levar os indivíduos a exaustão sem se preocupar muito com as condições em que se realizam as atividades. No passado era comum que os guarda-vidas fossem obrigados a correr vários quilômetros descalços, o que é bastante questionado por profissionais de educação física.

---

<sup>21</sup> Aqui “moral” está sendo empregada como força de vontade, ânimo e disposição. Para militares moral tem significado mais próximo destes termos e é bastante empregado. Pode-se dizer por exemplo que quando algo ruim acontece “baixa o moral da tropa”.



As instruções aquáticas também eram muito interessantes. Na instrução de mergulho um exercício chamou a atenção, pois se tratava de se manter na superfície da água flutuando por vários minutos. Ao final do curso essa também seria uma prova com atribuição de nota ao tempo de flutuação. A dificuldade era aumentada quando recebíamos um peso, chamado de “cinto lastro” utilizado para mergulhar, para segurar em uma das mãos enquanto contávamos em voz alta o tempo determinado pelo instrutor até passarmos o cinto ao próximo colega e assim por diante, de modo que toda a turma deveria segurar por um tempo o peso e o ciclo se repetia por mais de uma vez. Ocorre que algumas pessoas não têm muita afinidade com a água e inclusive tem dificuldades para flutuar. Essa parece ser uma questão fisiológica inclusive. Para essas pessoas permanecer mais do que alguns segundos sem afundar já é uma grande vitória, mas ainda segurar um peso e se manter na superfície é extremamente complicado.

Notando esta dificuldade em alguns alunos o instrutor da disciplina logo estimulou o grupo a ficarem próximos uns dos outros e que todos ajudassem a sustentar o companheiro aflito entre um gole de água e uma subida desesperada para encher os pulmões e suportar outra descida até que o seu tempo acabasse e ele pudesse passar adiante o peso que mais parecia uma ancora de um transatlântico naquele momento. A turma respondeu de imediato e cada vez que o cinto estava chegando próximo ao companheiro “afogado<sup>22</sup>” todos já se aproximavam para auxiliar.

Esse tipo de bizu<sup>23</sup> também fazia parte da nossa convivência com a equipe de instrutores e mesmo dos bombeiros mais antigos que em geral gostavam de dar boas ajudas ou alertas sobre alguma novidade e instruções que deveríamos ter. As instruções de mergulho foram especiais para mim e acredito que são muito reveladoras sobre alguns aspectos do ser humano. Ficar embaixo da água, sentados no fundo de uma piscina em um grupo de cinco, seis ou dez pessoas com apenas um cilindro de ar e sem os demais itens que compõem o equipamento de respiração, fazendo com que você tenha que manter a calma e a paciência para aguardar sua vez de respirar na saída fina da boca do cilindro, e tendo de ter a sensibilidade para abrir

---

<sup>22</sup> Termo pejorativo utilizado entre os bombeiros para definir algum colega que não sabia nadar ou tinha dificuldades com a natação. Também usado de forma irônica, em brincadeiras entre colegas.

<sup>23</sup> Termo nativo muito comum entre militares e pode significar várias coisas, mas principalmente está ligado a uma dica ou conselho. Também pode ser uma fofoca, ou até mesmo um alimento como chocolate ou bolacha que está escondido no armário. Desta forma pode-se dizer “vou te dar um bizu” dica, ou ainda “isso é um bizu furado” que não tem procedência.

a válvula devagar para que o ar não saia com muita pressão e ainda acabe provocando algum acidente. Essa foi uma experiência bastante incrível para mim.

Esse tipo de exercício consegue juntar a solidariedade de algum colega que tem facilidade em realizar a apneia e que passa sua vez aos mais necessitados de ar e o companheiro que quase arranca o equipamento de sua boca querendo respirar desesperado por alguns segundos de ar. E é claro boas risadas depois! Mas acredito que o que acaba predominando durante o período de formação é o individualismo e a busca por melhores condições individualmente.

De forma geral, a turma não consegue manter uma unidade e coesão por conta própria e é a todo instante estimulada a competir. A configuração institucional acaba influenciando esta competição que não me parece algo racional da própria equipe de instrutores, mas sim o modelo institucional e seus mecanismos já estabelecidos. A coordenação do curso apenas reproduz a lógica institucional. Mesmo a atividade de bombeiro, que pressupõe o trabalho em equipe, tem o individualismo estimulado e o sacrifício individual como um elemento bastante presente dentro da lógica da corporação.

Outros elementos como frases estampadas nas paredes dos quartéis como, por exemplo, “por uma vida todo o sacrifício é dever” ajudam a compor essa formação do militar. Para mim não havia como falar deste tema sem explorar minimamente minha “condição de nativo”. Espero não ter extrapolado algum limite, mas creio que o trabalho tem mais a ganhar com esse relato do que algum eventual prejuízo a pesquisa. Feita esta exposição mais detalhada da própria instituição por dentro e reafirmando minha escolha em tratar da Polícia Militar como uma instituição total, passo agora a falar do Movimento das Esposas em si. Estando elas inseridas no contexto da instituição militar e acionadas para marcar a história tomando parte e protagonizando este evento que deu início e se configurou como um ciclo de protestos, fazendo uso de um novo repertório da ação coletiva deste grupo.

#### 4 FAMÍLIA MILICIANA

A categoria família apareceu durante a pesquisa de campo diversas vezes e ela suscitou desdobramentos importantes a análise que pretendo retratar com um pouco mais de atenção a partir de agora. Tanto os representantes do movimento quanto o Comando da polícia fizeram uso desta categoria. Primeiramente é importante destacar que embora a maioria das mulheres envolvidas fosse de esposas de policiais militares o restante de suas famílias também fez parte dos acampamentos montados em frente das unidades militares. Os filhos e mães de militares também aparecem mobilizados em defesa dos policiais militares, participando ativamente dos atos e protestos realizados pelo grupo durante o período em que o evento aconteceu.

Dentro da perspectiva dos já citados conceitos de “ciclo de protesto” e “repertório da ação coletiva” essa aparição da “família” em um movimento como este e tendo as mulheres dos policiais como as personagens principais do evento, aponta justamente para uma inovação do grupo que sabendo dos impedimentos legais para sua atuação direta, abre espaço para o protagonismo de suas esposas. Certamente foi uma atitude racional e de algum modo calculada, pois em todas as entrevistas quando perguntadas por que as mulheres tomaram essa iniciativa a resposta vinha com a justificativa de que era por que os homens/policiais militares não podiam fazer.

Portanto, se considerarmos este como um novo ciclo, sua grande novidade foi a mobilização das mulheres como parte do repertório de ações capazes de produzirem os efeitos desejados e chamar a atenção para os problemas que o grupo enfrentava. Jornal Folha de Londrina (21/05/2001) faz um quadro esquemático resumido sobre os acontecimentos. A chamada “Um protesto familiar” dá suporte ao argumento que estamos apresentando. De maneira geral a matéria é fiel a realidade dos militares, mais precisamente das praças da polícia. Na mesma matéria traz o fato histórico do movimento realizado por praças em 1908.

FIGURA 1 – “UM PROTESTO FAMILIAR”


CIDADANIA CIDADANIA CIDADANIA CIDADANIA CIDADANIA

PARANÁ 21/05/2001

E-mail: cidadania@folhaweb.com.br  
Fone: (43) 374-2020 - Fax (43) 339-1412

POLÍCIA MILITAR

## Um protesto familiar



● As esposas assumiram o protesto – mérito – porque os policiais militares, assim como o Exército, são proibidos de fazer greve e se manifestar publicamente.

Na semana passada aconteceu a manifestação das **mulheres** de policiais militares do Paraná. Toda a movimentação, que bloqueou quartéis da PM e impediu o patrulhamento normal das cidades, aconteceu porque os policiais militares reivindicam a volta de um direito que a corporação tinha até 1996, a gratificação PM especial. Essa gratificação representa quase o mesmo valor de um salário do soldado e voltou a ser paga, em 98, para 542 policiais que ganharam este direito na Justiça. A partir daí, o governo instituiu a gratificação também para capitães, majores, tenentes-coronéis e coronéis, deixando de fora cerca de 16 mil soldados, cabos, sargentos e tenentes. Todo esse pessoal privado desse privilégio recebe os menores salários da corporação. Ironicamente, eles também são a linha de frente no combate à criminalidade.

● A Polícia Militar foi criada com base em um lei de 1831, que instituiu as Guardas Municipais. A guarda municipal depois mudou de nome várias vezes, mas sempre manteve a mesma estrutura.

● Segundo um pesquisador da história da PM, capitão João Alves da Rosa Filho, o único protesto já registrado na corporação foi em 1908, quando soldados, cabos e sargentos se rebelaram contra os castigos físicos que eram então aplicados. Depois da revolta, 60 rebeldes foram expulsos; o comandante-geral teve que pedir exoneração; e os castigos corporais foram abolidos.

● A Polícia Militar do Paraná tem um efetivo de cerca de 17,5 mil policiais, divididos entre bombeiros, policiais rodoviários, policiais florestais e o próprio policiamento ostensivo.

O Projeto Folha Cidadania tem como objetivo criar o hábito de leitura entre os jovens.

meira metade do século XI Teixeira Soares e os irmãos Antônio e André Rebouças foram homenageados ontem pela manhã com o descerramento de bustos na estação ferroviária de Curitiba. A iniciativa fez parte do Projeto Lizes da Cidade, coordenado pela Fundação Santos Lima, e tem a finalidade de preservar a memória da cultura e da história do Brasil.

Soares e os Rebouças tiveram grande importância para o desenvolvimento do Estado por traçarem a ferrovia que uniu a região Sul ao litoral. A obra teve papel fundamental para a economia na época, especialmente por propiciar o escoamento da produção agrícola através dos transportes marítimos. O diretor-presidente da Serra Verde Express, Adonai Arruda, comentou que o ato de resgatar nomes tão importantes “engrandece o turismo paranaense”.

Após a solenidade em Curitiba, convidados e jornalistas tomaram a Litorina e descerraram pela Serra do Mar até o quilômetro 65 da estrada de ferro. Lá ocorreu nova homenagem – a reinauguração do Cruz do Barão, em memória do Barão do Serto Azul, assassinado naquele local em 20 de maio de 1894. Ali, uma primeira cruz foi fundada em 1894, substituída por outra em 1940. Em 1999, dois voluntários, Luiz Carlos Correa e Rubens Habitzreuter, propuseram a restauração do monumento.

## Preso é m

Maurício Bevervanso Especial para a Folha De Foz do Iguaçu

O traficante internacional de drogas Aliandro França Silva, 22 anos, foi morto ontem ao tentar fugir da Cadeia Pública de Foz do Iguaçu. O preso Renato de Paula Silva, também de 22 anos, que cumpre pena por furto, tentou escapar, mas foi recapturado por soldados da PM logo após conseguir saltar a cerca da cadeia.

A tentativa de fuga aconteceu por volta das 14 horas quando acabava o horário de visita na prisão. Aliandro foi

FONTE: Folha de Londrina, p. 1. 21/05/2001.

Devemos ponderar que mais do que simplesmente assumir a dianteira do movimento, as esposas e famílias dos policiais fazem parte do grupo que sofre diretamente com as precárias condições de trabalho e de vida destes agentes, desta forma estão ligadas e são parte interessada em todo o processo. As matérias de jornais dão conta da participação de famílias de policiais também em outros estados como no Tocantins onde as famílias ficaram aquarteladas com os policiais militares que se recusavam a deixar o quartel e prometiam enfrentar o exército acionado para intervir.

FIGURA 2 – GREVE DOS PM'S NO TOCANTINS E A PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS NA OCUPAÇÃO DO QUARTEL



FONTE: Folha de Londrina, p. 1. 29/05/2001.

Contudo, também é importante destacar que para os policiais militares a família não está tão longe da instituição como pode parecer e como funciona em outras instituições totais. Outra particularidade desta instituição é que a ela são ligadas uma série de outras instituições e serviços que por sua vez atendem a família dos militares. Trata-se de uma rede de assistência de alguma forma vinculada, mais ou menos, a instituição. São hospitais, colégios, associações e clubes que favorecem o fortalecimento dos laços do próprio grupo e mantêm sua cultura própria e ajudam na distinção entre o “nós” e os “outros”.

Há, portanto, uma certa integração das famílias ao próprio contexto desta instituição total, o que não aponta para a impossibilidade de aplicar o conceito proposto por Goffman (1974), muito pelo contrário, apenas diz respeito a um tipo de organização específica, mas que está dentro da modalidade das I.T's. O movimento lançava mão da categoria família dentro da disputa política para chamar a atenção da opinião pública, sensibilizar as autoridades e mobilizar seus membros. Tinha a seu favor as próprias imagens de mulheres, filhos e filhas de policiais acampados em frente aos quartéis ou em atos públicos carregando faixas e cartazes.

FIGURA 3 – PASSEATA ENCERRA MANIFESTAÇÃO



FONTE: Folha de Londrina, p. 10. 24/05/2001.

Já o Comando da polícia fazia uso desta categoria para tentar reestabelecer a hierarquia momentaneamente quebrada e mobilizar os militares diante de um discurso de unidade e de confiança no comandando da instituição para a resolução dos problemas. A imprensa também utilizou esta categoria nas chamadas e reportagens que fez sobre o evento, muitas vezes de forma preconceituosa e sexista. No caso específico do Jornal Primeira Hora as matérias pareceram seguir um roteiro novelístico, com apresentação de um drama ou conflito inicial, a sequência dos acontecimentos com apresentação de personagens e dilemas específicos de ambos os lados em conflito e uma tragédia<sup>24</sup> final. Para Goffman (1974, p. 22) a família não é compatível com a instituição total, mas também pode ser um elo com o mundo externo, para a equipe dirigente, por exemplo:

As instituições totais são também incompatíveis com outro elemento decisivo de nossa sociedade – a família. A vida familiar é às vezes contrastada com a vida solitária, mas, na realidade, um contraste mais adequado poderia ser feito com a vida em grupo, pois aqueles que comem e dormem no trabalho, Com uro grupo de companheiros de serviço, dificilmente podem manter uma existência doméstica significativa. Inversamente, o fato de manter as famílias fora das instituições sociais muitas vezes permite que os membros das equipes dirigentes continuem integrados na comunidade externa e escapem da tendência dominadora da instituição total (GOFFMAN, 1974, p. 22).

<sup>24</sup> A palavra tragédia neste caso está sendo usado em seu sentido vulgar ou popular e não no sentido de gênero literário.

Neste caso podemos apontar um duplo sentido na “família” para os policiais militares. Primeiramente no distanciamento da própria instituição mantendo seus membros com uma ligação com o mundo externo ao mesmo tempo que as famílias também estão integradas ao universo da I.T., mas não fazem parte dela nem como membros da equipe dirigente nem como membros do grupo de internados. Em segundo lugar na “resistência” direta realizada pelas mulheres que permitiu o avanço do movimento protagonizado fundamentalmente pelas esposas e famílias de policiais que conheciam a rotina e os detalhes da atividade dos policiais. Portanto, podemos presumir que a categoria família opera no universo dos policiais militares como um elemento aglutinador. Tanto quanto na sociedade brasileira, ela é para os militares algo fundamental e que será acionada nos momentos de conflito interno para justificar práticas e apoiar determinadas ações, mas também será utilizada na disputa política para a manutenção da ordem e da sobrevivência institucional.

Desta forma, essa categoria pode ser vista como um paradoxo dentro deste evento, pois eram fundamentalmente a “família miliciana” em disputa com a “família” original ou primeira dos policiais militares, independente da forma que se entende por família para cada sujeito do grupo. É justamente sua amplitude, sua generalidade e capacidade de alcance que a torna possível de ser entendida por diversos indivíduos e pelos grupos conflitantes. Este tema bastante intrigante pode e acredito que deve ser explorado em profundidade em momento oportuno, para esta pesquisa ele fica por aqui até para não correremos o risco de perdermos de vista os seus desdobramentos mais importantes.

#### 4.1 O MOVIMENTO DAS ESPOSAS

O movimento das esposas como ficou conhecido teve início em Londrina PR em maio de 2001 e rapidamente se espalhou por diversas regiões do estado e comprometeu o policiamento de boa parte das cidades onde o movimento se estabeleceu.

O movimento teve início com um grupo de mulheres que já estavam mais ou menos organizadas na cidade de Londrina. A principal reivindicação do grupo era um reajuste salarial de 38% para os policiais militares, mas logo outras pautas também foram incorporadas as reivindicações, e inclusive vão dar a sustentação para a

segunda fase do movimento no mês de julho. A política salarial do governo do Paraná cortou uma gratificação recebida pelos policiais militares. Alguns militares ganharam na justiça o direito de receber esta gratificação e isso gerou um descontentamento em parte do efetivo, uma vez que acontecia de policiais que executavam a mesma função receberem salários distintos. Pior ainda era quando militares mais antigos na hierarquia funcional e trabalhando junto na mesma viatura com um colega mais novo exercendo a mesma atividade que o companheiro, mas com salário menor quando deveria ser o contrário.

Na verdade, a situação dos policiais a época era bastante complicada e o salário era apenas mais um dos problemas enfrentados pelos militares estaduais. Os jornais pesquisados apontam para um ano de bastante agitação dos sindicatos e movimentos sociais. Também uma grave crise assolou o sistema penitenciário com diversas fugas e rebeliões de presos em várias regiões do estado, com grande destaque para Curitiba, a capital do estado.

É neste cenário que esse grupo de mulheres na cidade de Londrina começa a se mobilizar para ações mais efetivas junto ao governo. Um dia antes do movimento estourar e ganhar grande repercussão, as mulheres já faziam anúncios a imprensa de que fariam atos de protesto contra o governo. Uma ação do comandante do 5º Batalhão de Polícia Militar sediado em Londrina parece ter precipitado o movimento e gerou um dos fatos mais incríveis tanto do movimento quanto da própria história da Polícia Militar do Paraná. Em meio a tensão do momento e com um ato organizado e previsto pelo grupo de mulheres para aquele dia o comandante convocou os policiais para uma palestra motivacional em um Centro de Eventos da cidade. É nesse dia que outro importante elemento apresentado pelo movimento tem destaque: a utilização dos “corpos como forma de protesto”.

No dia 16/05/2001 o Jornal Folha de Londrina traz uma matéria de capa onde mostra mulheres com um varal de fardas estendidas em frente ao quartel. Cita que os policiais aderiram ao movimento das esposas. Também na legenda da foto a descrição “varal da indignação... roupa suja lavada diante do comando e da própria opinião pública.” E no canto da capa destaca que “policiais vaiaam comandante em Londrina”. A matéria completa sobre o que parece ser o primeiro ato de intervenção pública das mulheres bloqueando as entradas dos quartéis. Destaca a atuação dos policiais em virar as costas ao comandante do batalhão e a mobilização em outras cidades.



FIGURA 4 – MULHERES DE PMS BLOQUEIAM QUARTEL



FONTE: Folha de Londrina, p. 1. 16/05/2001.

Insatisfeitos e bastante indignados com aquela situação os policiais viraram as costas ao comandante que não conseguiu falar. Algumas vaias, gritos e apitaços também foram ouvidos. Tudo isso foi filmado e noticiado pela imprensa dando início a uma crise institucional. Esse gesto marca um momento importante da ação dos policiais e suas esposas. Em uma monografia de especialização em convênio com a Universidade Federal do Paraná, um oficial classificou essa ação e, assim, para Palma:

A divulgação pela imprensa local que, reconhecidamente, é formadora de opinião, teve o condão de sensibilizar os moradores da cidade, acompanhando a insurgência de parte dos efetivos, num protesto desumano contra o comandante de então, ao dar-lhe as costas e impedindo-o de se manifestar, gerando de um lado a diminuição da figura do oficial, e, de outro, calcando em si próprios a imagem de indisciplinados (PALMA, 2006, p. 02).

As palavras deste oficial dão o tom de como o movimento que se iniciava foi recebido pela cúpula ou pela equipe dirigente da instituição. O fato é que os militares não precisaram fazer muita coisa, tampouco deixar de realizar suas atividades habituais para demonstrar seu descontentamento, mas ao virarem as costas para o comandante demonstraram que a hierarquia estava ameaçada e que estavam dispostos a enfrentar a instituição. Utilizaram seus “corpos” para dar uma mensagem muito significativa e com grande potencial de desestabilização para corporações

militares, uma vez que a hierarquia nestes espaços é fundamental a sua manutenção. Os mesmos corpos treinados para obedecer e responder as ordens de forma imediata eram utilizados agora para demonstrar sua insatisfação.

Para o trabalho de campo foram analisados os meses de maio, junho e julho do ano de 2001 dos seguintes jornais impressos: Primeira Hora e Folha de Londrina. Foram mais de cinquenta matérias sobre o assunto neste período, sendo encontradas muitas notícias que faziam referências a outros movimentos de policiais em outros estados na mesma época. Reforçando a ideia de que este pode ter sido um novo ciclo de movimentos reivindicatórios dentro das instituições policiais militares no Brasil assim como apontou Almeida (2010) sobre o ciclo de protestos em 1997.

Também foram realizadas nove entrevistas semiestruturadas, entre elas dois casais. Cada casal foi entrevistado em conjunto. Um dos casais foi entrevistado por mais de uma vez, por que suas informações tiveram grande relevância e o seu arquivo pessoal sobre o evento também era bastante vasto, sendo necessária a realização de mais um encontro. Os entrevistados foram pessoas que de alguma forma tiveram envolvimento com o evento em questão: ou eram policiais que participaram do movimento ou que atuaram na ação de retirada das esposas, ou ainda eram esposas que participaram do movimento.

Entre os entrevistados haviam dois coronéis. Embora, como eu disse acima, a pesquisa buscou alcançar o objeto a partir do ponto de vista das praças, ouvi-los foi muito significativo e contribuiu sobremaneira com a pesquisa. Também foi utilizado um conjunto de gravações de jornais televisivos selecionados a época por uma associação de militares e gentilmente cedida para a realização deste trabalho. As gravações dos programas jornalísticos continham matérias, entrevistas e debates sobre o movimento e sua repercussão.

Embora os vídeos tenham sido editados não contem a opinião da entidade que os forneceu, apenas a compilação das matérias que totalizavam aproximadamente três horas de gravação, somente ao final do segundo disco que mostra o desfecho do evento no mês de julho e o começo de agosto, mais precisamente no dia 10 de agosto aniversário da polícia militar, uma manifestação chamada pelas mulheres dentro da Assembleia Legislativa do Paraná, onde o comandante receberia uma homenagem em nome da instituição e vários oficiais estavam presentes.

As esposas que ocupavam as galerias com faixas, vaiaram os oficiais e logo depois da ameaça do presidente da assembleia de interromper a sessão e retirá-las do local, elas permitem a continuidade da sessão e após o comandante receber a homenagem as mulheres gritavam o nome dele com palmas. As gravações encerram com um texto que inicia com: “esse documentário apresenta uma síntese jornalística televisiva dos acontecimentos que marcaram o pleito da família miliciana junto ao governo do Estado”.

O texto segue com algumas críticas ao governo estadual, o que me pareceu endossar boa parte da discussão feita até o momento sobre família. A outra fonte de material para a pesquisa de campo na proposta inicial do trabalho seriam consultas aos processos disciplinares e judiciais gerados por causa do movimento, entretanto, a exploração deste material se mostrou inviável neste momento da pesquisa devido ao grande volume de material já analisado, portanto, essa fonte será investigada em momento posterior, uma vez que este trabalho não pretende e não tem condições de esgotar toda a discussão acerca deste tema.

A proposta inicial era mapear o que a imprensa publicou em seus meios tanto impressos como televisivos, realizar entrevistas com pessoas que tiveram alguma participação no evento e analisar os processos gerados contra militares estaduais devido a participação no movimento. Sendo assim, fiquei somente com o material produzido pela imprensa, sendo todo material da imprensa televisiva disponibilizado por esta associação como já destacado.

Tenho consciência de que se trata de um material de segunda mão, o que não trouxe problemas maiores a análise por se tratar de gravações dos programas compiladas em fitas VHS e posteriormente gravadas em DVD pela própria entidade que forneceu o material, sem a opinião sobre o tema, apenas a gravação das matérias dos programas jornalísticos.

O material tem a quantidade de dois discos contendo programas de jornais de vários horários e de diversas emissoras, totalizando três horas de reportagens sobre o tema. Essa compilação favoreceu muito o trabalho de pesquisa em campo, pois me deu a oportunidade de acessar algo extremamente relevante a minha pesquisa e que já fazia parte do próprio planejamento, poupando tempo e recursos na busca por essas reportagens televisivas. Esse material foi descoberto quando da realização de uma das entrevistas. Ao agendar a entrevista com um informante, este relatou que a associação possuía este material em seu arquivo e se dispôs a fornecê-lo.

## 4.2 CICLOS E REPERTÓRIOS

Para Almeida (2010) o Movimento grevista dos policiais militares de Minas Gerais em 1997 ajudou a desencadear um ciclo de movimentos reivindicatórios no país no primeiro semestre daquele ano. Neste trabalho a autora dividiu a análise em quatro redes de estados onde houve manifestações. Para ela esse evento revelou um encontro entre a cultura militar disposta nas polícias militares do Brasil e a “cultura política da democracia”. Para Almeida,

Os policiais militares se apropriaram da greve sem, contudo, abandonar seu arsenal militar que lhes revela identidade. O ciclo de protestos colocou em cena policiais militares especialistas no controle do espaço público, fardados e armados, reivindicando. Emergiu, assim, um diálogo entre uma cultura policial militar, expressa pelos preceitos militarizantes referentes a valores e normas institucionais, e uma cultura política relacionada à democratização que se passa nas sociedades contemporâneas (ALMEIDA, 2010, p. 23).

Para ela ao combinar elementos tipicamente militares e outros comuns a cultura política democrática este “novo repertório” indicou a modernidade. Segundo Almeida:

O novo repertório da ação coletiva policial militar apontou para a modernidade, indicando possibilidades para a convivência social de soldados-cidadãos (sujeitos de direito), por meio da valorização de uma cultura política democrática da qual a greve faz parte (ALMEIDA, 2010, p. 24).

A autora considera que a incompatibilidade entre a estrutura da instituição militar e os princípios democráticos do direito a participação e a igualdade possibilitou o surgimento desses eventos grevistas. Também destaca que vários elementos prepararam para o aparecimento desta ação dos militares, dentre eles a politização e a presença de mulheres nas forças policiais militares. Ainda indica que a redemocratização a partir da década de 1980 gerou um debate acerca da função da polícia militar diante do novo contexto democrático. A abordagem que trabalha a partir da perspectiva de “ciclos e repertórios” para analisar movimentos sociais entende que a racionalidade está no centro da atividade social de grupos que buscam alcançar seus objetivos em comum.

É nesse sentido que estou utilizando estes conceitos para uma aproximação ao evento das esposas de policiais militares em 2001. Com todos os limites que

possam ser impostos ao fazermos essa análise de um movimento como este, acredito que os conceitos podem ser úteis a análise.

O conceito de “repertório” foi cunhado por Charles Tilly e representa mais do que uma simples ação dos integrantes do movimento. Representa o resultado de uma interação entre quem apresenta ou representa a performance e a força a ser combatida ou enfrentada. Neste caso ao colocar-se a frente de seus maridos e fecharem os portões dos quartéis, furarem pneus de viaturas e sequestrarem viaturas tirando as chaves impedindo-as de movimentar-se, as mulheres, mas não somente elas, estão apresentando uma alternativa de protesto e uma inovação para esta categoria, as mulheres não podem ser consideradas agindo de forma espontânea, mas sim racionalmente em busca de interesses comuns.

Sua ação pode ser considerada o resultado de uma interação do grupo do qual fazem parte. Tampouco podem ser consideradas apenas instrumentos de seus maridos para atender suas expectativas enquanto policiais militares. Tanto a categoria de policiais militares como seus familiares, que percebendo e reconhecendo os limites impostos juridicamente e pela própria instituição, que representa o modelo de instituição total já discutido em nosso trabalho, utilizam os meios de que dispõem e usam táticas criativas para dar visibilidade a sua causa e barganhar com as autoridades no intuito de alcançar seus objetivos, ou seja, no choque do grupo com a instituição eles aprendem com as experiências passadas e lançam mão de novas táticas e estratégias. Diz Tilly:

Os repertórios não são simplesmente uma propriedade dos atores do movimento; são uma expressão da interação histórica e atual entre eles e seus opositores. Assim, a demonstração pública – reprimida por ser uma ameaça à ordem até 1848 na Grã-Bretanha – foi aceita e regularizada pela prática policial nos fins do século dezanove. Mais recentemente, as táticas empregadas pelo movimento americano pelos direitos civis nos anos 1950 e 1960 refletiram a disputa entre a repressão e a facilitação, assim como a força do movimento e suas visões estratégica e tática. As autoridades reagem à difusão de um novo repertório com repressão, facilitação e, em muitos casos, desenvolvendo estratégias de controle social que transformam uma nova tática em parte do repertório convencional (TILLY, 2009, p. 24).

Nesta passagem podemos ver como a ação das esposas pode ser considerada dentro desta perspectiva do repertório e teve também o duplo caráter de ser recebida primeiramente com “facilitação” e depois com “repressão”. Tendo as autoridades rapidamente encontrado uma forma de dissuadir o grupo. Tanto no discurso como na ação repressiva foram utilizadas táticas semelhantes as utilizadas

pelo próprio movimento. Em primeiro, com a disputa pelo discurso que mobilizou a categoria “família”, sem sucesso por parte das autoridades podendo considerar uma vitória do movimento em um primeiro momento. A opinião pública também pareceu estar a seu lado, alguns editoriais do jornal Folha de Londrina destacam a legitimidade do movimento e a necessidade do Estado em atender bem os policiais, dando claramente a impressão de apoiar o movimento.

Há um momento em que essa narrativa parece mudar de rumos e um dos editoriais aponta críticas evidentes ao movimento e a paralisação dos PMs, contudo este trabalho não se ateve aos detalhes destas narrativas. Em seguida, já na segunda fase do movimento no mês de julho, com a utilização dos “corpos femininos como armas”. O efeito surpresa do começo do movimento no mês de maio se perdeu e a sequência dos atos não teve tanta força para repetir a façanha anterior. Segundo Tilly:

Os repertórios existentes corporificam uma tensão criativa entre inovação e persistência, refletindo suas lógicas instrumental e expressiva muito diferentes. A eficácia instrumental de um repertório deriva basicamente de sua novidade, de sua habilidade de, temporariamente, pegar desprevenidos oponentes ou autoridades e de criar exemplos de desordem pública que são custosos aos interesses estabelecidos. O uso repetido do mesmo repertório diminui sua eficácia instrumental e, desta forma, encoraja a inovação tática (TILLY, 2009, p. 25).

Na verdade, Tilly (2009) trabalha com eventos de maior duração no espaço e no tempo e de repetições com maior frequência. Por exemplo, a adoção da greve como uma forma de protesto que visa alcançar determinado objetivo e sua recorrência historicamente. Porém, embora o movimento das esposas tenha sido compactado em um mesmo ano com um prazo de três meses de duração aproximadamente, sua inovação tática proporcionou um grande avanço no sentido de alcançar repercussão às demandas do grupo e uma paralisação das autoridades que tiveram que lidar com essa inovação tática. Mas a repetição logo fez com que as autoridades conseguissem repelir o movimento adaptando sua forma usual de combater esse tipo de manifestação.

Para Gohn (2004) a proposta de Charles Tilly está dentro do que ela chamou de “teorias contemporâneas norte-americanas da ação coletiva e dos movimentos sociais”, que busca a compreensão destes fenômenos a partir da ideia da mobilização de recursos. Esta abordagem, da mobilização de recursos, surge para tentar explicar os movimentos da década de 50 e 60 que eram muito diferentes dos das décadas de 20 e de 30 e se contrapor as teorias explicativas clássicas. Entretanto, a autora

destaca as diferenças da abordagem de Charles Tilly começando pelo caráter histórico de sua perspectiva de análise. Para Tilly (2009, p. 11) a “ação coletiva” é um conjunto de práticas de um grupo que visam alcançar determinado objetivo comum, não necessariamente chegando a conflitos abertos:

Apesar de Maquiavel e Clausewitz, nem toda política envolve confronto. Algumas vezes as pessoas trabalham consensualmente, outras vezes reúnem-se para celebrar memórias compartilhadas e frequentemente institucionalizam suas atividades políticas. O confronto político tem início quando, de forma coletiva, as pessoas fazem reivindicações a outras pessoas cujos interesses seriam afetados se elas fossem atendidas. As reivindicações vão desde súplicas humildes até ataques brutais, passando por petições, reivindicações através de palavras de ordem e manifestos revolucionários. O confronto, portanto, depende da mobilização, da criação de meios e de capacidades para a interação coletiva (TILLY, 2009, p. 11).

Gohn (2004, p. 66) destaca que o autor prefere o termo por que seria mais abrangente e não carregaria uma carga de preconceito:

A opção pelo termo ação coletiva, e não protesto, rebelião, desordem ou qualquer outro, deu-se porque ele entendia que nestes últimos termos já há um pré-julgamento, do ponto de vista das autoridades, que prejudica o entendimento dos fenômenos. Além disso Tilly argumentou que ação coletiva é um termo mais amplo, não se restringe aos protestos e rebeliões, e abrange também as petições, marchas, manifestações coletivas etc., num conjunto de ações que contam até com o estímulo e/ou apoio das autoridades (GOHN, 2004, p. 66).

É justamente neste campo que situei o movimento das esposas, sua atuação marca claramente esta ação que não foi criada ou desenvolvida por elas, mas foi absorvida e inspirada em outros grupos e adaptada ao contexto e a realidade delas e de seus companheiros. Em um dado momento do movimento num ato organizado pelo grupo, as mulheres carregam o caixão do governador Jaime Lerner, demonstrando de forma simbólica a morte de seu governo e de sua carreira política, esse tipo de encenação é apontado como parte das inovações dentro desta perspectiva dos repertórios da ação coletiva.

FIGURA 5 – CRISES DESGASTAM GOVERNO LERNER



FONTE: Folha de Londrina, p. 6. 20/05/2001.

Gohn diz que:

O trabalho histórico sobre as ações coletivas consiste em descobrir quais conjuntos de pessoas, recursos, fins comuns e as formas de compromisso estão envolvidas em diferentes lugares e tempos. Tilly procura estabelecer comparações entre diferentes períodos históricos, destacando o repertório das ações coletivas. Assim, no século XVIII as pessoas aprenderam a fazer greves, a invadir os campos e locais de trabalho, a realizar protestos por meios de encenações teatrais nas ruas, a queimar publicamente imagens fictícias de seus oponentes, etc. (GOHN, 2004, p. 66).

Desta forma parece claro que os conceitos de “repertório” e “ação coletiva” estão ligados e se articulam. Tilly ainda propõe dentro desta perspectiva histórica um mapeamento dos conflitos coletivos. Esse monitoramento estará dentro do que se chama estudo dos movimentos sociais e dos próprios ciclos de protestos. Sobre os ciclos Almeida revela que:

Ciclos de protestos tendem a produzir inovações no repertório da ação coletiva, pois agilizam a difusão das ações e intensificam a solidariedade dos manifestantes. Consequentemente, aumenta-se o poder de mobilização. O jogo do repertório da ação coletiva é dinamizado pelos ciclos de protestos. Ao facilitarem a rápida transmissão de determinada ação (aprendida, adaptada e rotinizada), eles facilitam também o “olhar” das autoridades, que rapidamente aprendem a responder efetivamente às manifestações (ALMEIDA, 2010, p. 34).



Agora vejamos o que dizem os próprios autores que desenvolvem os conceitos Tilly:

Logo que os “primeiros insurgentes” dão início ao ciclo, cada vez mais demandantes disputam reconhecimento e resposta. Isto continua até um ponto de intensidade máxima, depois seguido por um declínio na frequência, no sucesso e na civilidade das reivindicações e dos demandantes (TILLY, 2009, p. 23).

Ao darem o ponta pé inicial ao movimento em maio de 2001 na cidade de Londrina, policiais militares e seus familiares, despertam este ciclo que utilizou um repertório inovador para esta categoria experimentada em outros embates históricos e que agora buscou alternativas e inspiração em outros movimentos e grupos sociais, incorporando e adaptando essas práticas. Logo a ação ganha outros adeptos e participantes até alcançar seu ápice e depois é completamente desmobilizada pela utilização da força por parte do Estado.

A solidariedade entre os integrantes do movimento, aqueles ativos mais audaciosos ou aqueles que agiam de forma clandestina também foi evidenciado nas entrevistas. Muitos militares trabalhavam na logística do evento para que as ações tivessem êxito e as esposas e familiares acampados em frente aos quartéis pudessem suportar a permanência nos acampamentos. Um informante que pude conversar por diversas vezes, mas que não teve uma entrevista gravada, relatou que ele trabalhava muito para garantir a alimentação nos acampamentos, levando voluntariamente marmitas para os acampamentos e acompanhando de perto as necessidades dos acampamentos formados nas entradas dos quartéis. Retomando o trabalho de Almeida:

Por todo o exposto sobre o repertório e ciclos de protestos, vale atentar para o movimento reivindicatório dos policiais militares que, sob o signo do novo, aliou a farda à política em um novo repertório de ações para a categoria. A crise da Polícia Militar brasileira evidenciou que o praça dessa corporação, apesar de se inserir em um modelo disciplinar hierárquico, passou a ser capaz de reivindicar publicamente, como sujeito de direitos, garantias individuais tais como: liberdade de opinião, de expressão, de manifestação, associação, salário digno, condições satisfatórias no trabalho, dignidade, não discriminação e igualdade. As manifestações dos praças revelaram o rompimento dos laços de solidariedade corporativo na relação praças/oficiais da Polícia Militar. Essa ruptura, por outro lado, indicou o fortalecimento dos laços de solidariedade entre os praças, o que contribuiu para o estremecimento, mesmo que contextual, dos princípios institucionais obedecidos historicamente por meio de um novo *repertório de ações coletivas* (ALMEIDA, 2010, p. 34).

Essa passagem revela alguns pontos importantes sobre o tipo de evento abordado, tanto a greve de 97 quanto a de 2001 com destaque para o movimento protagonizado pelas esposas no Paraná. Em primeiro, tendo como orientação teórica a análise e a compreensão das policiais militares enquanto instituições totais, podemos afirmar que há uma contradição permanente na busca por ser reconhecidos como “*sujeito de direitos*” e as tais “garantias individuais: liberdade de opinião, de expressão, de manifestação, associação, salário digno, condições satisfatórias no trabalho, dignidade, não discriminação e igualdade” pois a própria configuração institucional impõe limites a maioria destas demandas e eu diria ainda que são incompatíveis em boa parte dos casos. O que não muda a importância da luta e da busca pelo atendimento destas pautas.

Mas consciente disso, portanto, caberia a categoria/praças reconhecer que há uma incompatibilidade no modelo adotado pelo Estado brasileiro e as suas reivindicações e realizar o debate sobre as mudanças na instituição englobando então a lista de suas demandas a nova configuração. O que não aparece de forma aberta ou com alguma profundidade tanto em 1997 quanto em 2001. Anos mais tarde os debates acerca da desmilitarização das policiais ganha um certo espaço entre a categoria através de suas associações e entidades de classe, sem, contudo, uma capilaridade maior, mas já se vislumbra o enfrentamento na esfera política institucionalizada com um pouco mais de organização e seriedade.

O segundo ponto que devemos ter em mente é que historicamente os militares sempre tiveram uma atuação política muito intensa no Brasil, fato que não podemos negar, todavia não cabe uma discussão mais a fundo aqui, mas o tipo de movimento voltado para a categoria de subalternos tem especial relevância a partir deste momento que marca sem dúvida uma nova fase para estas categorias, contudo não podemos esquecer que outros eventos também tiveram grande repercussão, como a já citada Revolta da Chibata, mas outros ainda pouco conhecidos e estudados também devem ter destaque. Como exemplo, o já referenciado nas páginas anteriores, é movimento do início do século XX relatado pelo Presidente do estado ao presidente do Congresso Legislativo e provavelmente se trata do mesmo evento citado em uma matéria jornalística do dia 21 de maio de 2001 que tratava sobre o movimento das esposas.

## FIGURA 6 – REFERÊNCIA AO MOVIMENTO CONTRA OS CASTIGOS FÍSICOS SOFRIDOS POR POLICIAIS EM 1908



FONTE: Folha de Londrina, p. 6. 21/05/2001.

No relatório ao Presidente do Congresso Legislativo estadual não são descritos os motivos do levante, contudo, no jornal a menção a castigos físicos deve receber atenção especial, segundo Relatório da Província (PARANÁ, 1909):

Na noite de 13 para 14 de Novembro último, alguns inferiores do Regimento de Segurança, acompanhados de praças de pret se revoltaram contra o respectivo comandante, conseguindo se apoderar do quartel.

A revolta foi reprimida na noite seguinte, graças à energia do Major-Fiscal Benjamin Lage e officiaes, sendo presos 9 inferiores considerados como promotores do movimento, e excluídos outros, bem como praças de pret, e, assim restabelecida a ordem no quartel, voltou o regimento ao seu regimen normal.

Devo consignar, n'este momento, que, para o restabelecimento da ordem tão profundamente perturbada, havia pedido a intervenção da força federal, a qual efftivamente esteve de prontidão utilizando-se, entretanto, o governo apenas de patrulhas que o illustre General commandante do districto havia posto á sua disposição para o policiamento da capital, enquanto durava a revolta.

Apraz-me, em nome do Estado, renovar, agora, os protestos do meu reconhecimento, ao governo da União por este relevante serviço prestado à bem da ordem pública.

Os promotores da revolta foram submetidos à processo, que está pendente de decisão do Supremo Tribunal de Justiça do Estado, em gráo de appellação por eles interposta (PARANÁ, 1909).

Outros, um pouco mais recentes, mas com semelhanças nos seus repertórios também precisam ser lembrados, pois ao reclamar a greve como “novo” podemos deixar de lado outras possibilidades históricas que são extremamente importantes a compreensão dos grupos que compõem o aparato repressivo do Estado. Battibugli (2010) revela uma intensa agitação política nas policias de São Paulo entre 1946 e

1964, inclusive na Força Pública que depois viria a se tornar a Polícia Militar. Greves, passeatas e outras ações indicam um sinal de politização e de participação ativa dos membros das suas categorias. Depois de várias ações e momentos de muita agitação dentro dos quartéis a autora revela o início de um movimento grevista, Battibugli diz que:

A situação de conflito culminou em janeiro de 1961, com o movimento grevista dos bombeiros da Força Pública, em São Paulo, nos dias 13 e 14, na Praça Clovis Bevilacqua. A greve fora gestada em reuniões no interior da FP e eclodiu após a Assembleia Legislativa ter rejeitado a proposta de equiparação de vencimentos entre a FP e servidores civis com abono de 30%. Um oficial chegou a desmaiar no parlamento, outro esmurrou uma viatura do DOPS e vários soldados tiveram crise nervosa. A greve logo se espalhou e contou com a solidariedade da Guarda Civil. Houve interrupção dos trabalhos no Corpo de Bombeiros, da radiopatrulha e do policiamento da zona leste de São Paulo (BATTIBUGLI, 2010, p. 144).

O desfecho foi a intervenção do Exército na Força Pública, mas nas páginas seguintes Thais Battibugli revela algo muito interessante à nossa pesquisa. Battibugli (2010, p. 148):

No dia 16, houve passeata pacífica a favor da FP, porém tumultos ocorreram quando membros da FP tentaram agredir guardas da polícia feminina e um comissário do Juizado de Menores, que queriam retirar cerca de cem crianças do protesto. Outra passeata iniciada na Praça da Sé, no dia 20, contou com cerca de 800 pessoas, entre as quais líderes comunistas e deputados, em apoio à FP (BATTIBUGLI, 2010, p. 148).

A presença de crianças indica a participação de familiares nos Atos em favor do movimento. As passagens também confirmam que a greve não é um repertório exatamente novo para os militares estaduais. Talvez a melhor maneira de analisarmos essa ação a partir da perspectiva já abordada seria uma “retomada” da greve enquanto instrumento de pressão ou uma “atualização” deste repertório para estas categorias. De qualquer maneira seria preciso aprofundar mais os estudos sobre este e outros tipos de repertórios utilizados pela categoria de militares estaduais para inclusive entender como estes fenômenos se repetem nas suas mais variadas formas. Ainda assim o trabalho de Almeida (2010) me parece inovador no campo das ciências sociais e da historiografia no que diz respeito a este tipo de análise.

Os eventos posteriores a 1997 demonstram que de fato há uma tentativa de incorporação da greve nos repertórios destas categorias. Durante minha pesquisa outros eventos de bastante repercussão foram vistos e chamaram muito a atenção. O

primeiro, no final do ano de 2016, no meio das discussões que tratavam da “reforma da previdência” e do “ajuste fiscal” dos estados, novamente os militares estaduais de Minas Gerais fizeram um movimento grevista que durou apenas um ou dois dias, mas que foi marcado por grandes atos e ameaças de paralisação da categoria ao governo estadual, aparentemente o movimento contou inclusive com participação e apoio dos oficiais superiores da corporação<sup>25</sup>. Também no estado do Espírito Santo, com um formato bastante similar ao realizado pelas esposas dos militares paranaenses em 2001, os militares paralisaram suas atividades por vários dias<sup>26</sup>.

O grau de violência foi bastante elevado com o aumento do número de homicídios durante a paralisação. A imprensa nacional cobriu a greve dando bastante ênfase a insegurança e ao caos gerado com a paralisação dos policiais. As pautas eram locais, mas estavam inseridas neste contexto de reformas que atacam os direitos dos trabalhadores, principalmente após o golpe de 2016. O Espírito Santo foi seguido pelo Rio de Janeiro que também contou com o protagonismo das famílias de militares.

Como já foi dito, e pudemos observar, este trabalho não pretende esgotar as discussões sobre o tema que ainda revela muitos aspectos a serem abordados, todavia acredito que com a forma de análise adotada pude contribuir com mais argumentos e propostas para a ampliação do debate sobre este tipo de evento.

---

<sup>25</sup> NOGUEIRA, M. Militares de Minas decidem fazer greve contra 'pacote de maldades'. Disponível em: <<http://hojeemdia.com.br/horizontes/militares-de-minas-decidem-fazer-greve-contra-pacote-de-maldades-1.435217>>. Acesso em: 9 ago. 2017.

<sup>26</sup> WELLE, D. Caos no Espírito Santo evidencia dependência da Polícia Militar. Disponível em: <<https://goo.gl/3qk1Cd>>. Acesso em: 9 ago. 2017. ; CORRÊA, H. A greve dos policiais militares no Espírito Santo e no Rio de Janeiro. Disponível em <<https://goo.gl/PbuiYM>>. Acesso em 9 ago. 2017.

## 5 MULHERES, CORPOS E O MOVIMENTO DAS ESPOSAS

Ainda durante as entrevistas houve um fato bastante relevante que mudou um pouco o rumo da pesquisa e inclusive revelou outros aspectos que, eu diria, acabaram se tornando mais importantes ao conjunto do trabalho. Foi uma entrevista com uma policial militar que trabalhou na retirada das mulheres dos policiais militares da frente do Quartel do Comando Geral da Polícia Militar na fase final da ação. Ao entrevistar a policial indicada com um roteiro pré-estabelecido para a entrevista, percebi imediatamente que as perguntas que eu fazia sobre o evento não tinham praticamente nenhuma importância, pois a policial pouco tinha a dizer sobre o movimento em si a partir da perspectiva do próprio movimento, que era o que me interessava mais até então. Ela não era uma liderança nem uma militante da causa, embora apoiasse e entendesse a razão e considerasse legítima a ação das esposas e dos colegas envolvidos diretamente.

Na época, ela estava um tanto quanto distante daquilo tudo e mantinha-se informada pela imprensa e pelos colegas que traziam informações. Tão pouco teve qualquer participação na organização dos atos e ações do grupo de esposas e policiais mais engajados. Pôde me dizer pouco sobre as lideranças, a organização, o formato ou mesmo a respeito das pessoas envolvidas diretamente no episódio. Ela era uma policial que acompanhou a distância e simplesmente foi escalada para atuar na retirada das esposas no dia determinado. Entretanto, o seu depoimento trouxe outras informações valiosas e revelou um elemento pouco explorado por mim até o momento da pesquisa.

Ao ouvi-la, pude perceber que a própria instituição policial, a PM do Paraná, também “fez uso das mulheres” ou melhor, do corpo feminino naquela ocasião. A tática utilizada pelo comando da operação de retirada das esposas da frente do quartel do comando-geral no mês de julho de 2001, quando da segunda intervenção das mulheres, foi mobilizar um grupo de policiais femininas, desarmadas e sem nenhum equipamento de proteção individual, como escudos e capacetes, posicionadas a frente da tropa de choque. À época o batalhão feminino contava com aproximadamente 90 mulheres. Ela me disse bastante emocionada: “eu estava ali chorando e o cara do choque me empurrando com o bastão. ‘Vai guria, vai’. A gente não queria fazer aquilo”.

Para Audoin-Rouzeau (2008, p. 365-367), “toda experiência de guerra é, antes de tudo, experiência do corpo”. Todavia, para a polícia essa experiência é parte de sua rotina, mesmo não estando em guerra oficialmente há esse espírito beligerante permanente. O mesmo autor segue com o argumento de que as duas grandes guerras do século XX alcançaram amplamente as populações civis, sobretudo as mulheres. E segue com a ideia de que a partir deste marco as guerras ultrapassam o limite entre as parcelas armadas da população, ou seja, os exércitos e as populações civis. Segundo ele essa fronteira “se torna porosa, quase desaparece” e as populações adversárias se tornam o inimigo, deixando “livre o caminho para as atrocidades que tem o corpo como alvo”.

Essa comparação pode ser feita em termos de que no momento em que o interdito de não violar o corpo dos seus iguais é rompido e as mulheres acampadas em frente ao QG da polícia militar são literalmente varridas dali, curiosamente os corpos das mulheres policiais militares é que foram utilizados na ação como uma proteção para não “contaminar” os homens da instituição. O contágio nesse caso seria simbólico e trataria do não contato direto com as próprias mulheres pertencentes ao grupo e que estavam rebeladas naquela ocasião. Isso sugere então um lugar diferenciado às mulheres da corporação, ou um não lugar destinado a elas<sup>27</sup> As companheiras dos policiais que rompem com as estruturas de poder previamente estabelecidas se tornam por alguns instantes pertencentes a um grupo tido como perigoso. Elas ameaçam *status quo*! (Butler 2017) ao trabalhar sobre a problemática do gênero e apresentar, algumas teorias feministas contrapondo-as umas às outras, nos diz que.

O poder jurídico “produz” inevitavelmente o que alega meramente representar; conseqüentemente, a política tem de se preocupar com essa função dual do poder: jurídica e produtiva. Com efeito, a lei produz e depois oculta a noção de “sujeito perante a lei”, de modo a invocar essa formação discursiva como premissa básica natural que legitima, subsequentemente, a própria hegemonia reguladora da lei. Não basta inquirir como as mulheres podem se fazer representar mais plenamente na linguagem e na política. A crítica feminista também deve compreender como a categoria das “mulheres”, o sujeito do feminismo, é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais se busca a emancipação (BUTLER, 2017, p. 20).

---

<sup>27</sup> A entrada das mulheres na Polícia Militar do Paraná remete a década de 70 e por si só sua história daria uma pesquisa interessantíssima. Sua luta por posições de igualdade foi e é enorme. Até o momento nunca a PMPR teve uma mulher como Comandante Geral da instituição.

Embora o movimento não estivesse dentro do campo e do espectro dos movimentos feministas nem fazendo o debate sobre a participação feminina na política, tampouco buscando construir um sujeito próprio como seu representante na busca por emancipação, a afirmação da autora pode ser utilizada para balizar as questões que se seguirão, inevitavelmente a questão da forçosa ruptura que as lideranças do movimento das esposas gerou ao aparecerem como pontas de lança e interlocutoras do grupo de militares estaduais, mais precisamente das praças. A grosso modo, a autora afirma seguindo os passos de Foucault, que a representação política é feita pelos sujeitos, que por sua vez são construídos pelos sistemas jurídicos de poder, portanto, no caso do feminismo o sujeito responsável por efetuar a emancipação feminina seria ele mesmo aprisionado no próprio sistema que o construiu.

Nesse sentido, fazendo uma pequena inflexão no argumento de (BUTLER, 2017) é possível afirmar que quem constrói e detém o papel de representante dos militares é a própria estrutura institucional, ou seja, a estrutura jurídico-normativa das instituições militares é quem elege como seu representante o grupo de oficiais, geralmente a própria figura do comandante. Sendo assim o movimento das esposas e seu protagonismo são novamente um momento bastante incrível, pois rompem com as estruturas jurídicas tradicionais ou legais da linguagem e da política interna da PM-PR ao colocarem a representação dos de baixo, as praças, em contato direto com autoridades políticas de maior escalão que o próprio comando-geral da instituição, e como se não bastasse essa representação foi feita por mulheres e de “fora” da instituição. Muitos militares devem ter ficado enfurecidos com isso, conquanto isso seja apenas uma especulação de minha parte.

Ao mesmo tempo que ajudam na ruptura mesmo que momentânea da hierarquia institucional se “sublevando” e desafiando a autoridade do aparato coercitivo do Estado, impondo uma nova prática política de representação da categoria das praças, mas mais do que isso, elas rompem também com o discurso e a estrutura da linguagem que impõe a elas, um lugar social previamente determinado. O movimento é claramente pendular, pois a sequência dos acontecimentos nos mostra justamente o retorno às estruturas jurídicas da linguagem e da política usuais daquela instituição, recompondo a hierarquia momentaneamente quebrada, corroborando de alguma forma o que Butler (2017) afirmou na passagem acima.



De qualquer forma, seu aparecimento está inserido no marco das teorias já apresentadas anteriormente, a saber, ciclos e repertórios. E nesse aspecto o movimento apresenta-se como algo deveras inovador. Butler (2017, p. 21) ainda traz outro elemento bastante significativo para pensarmos o movimento em questão dentro da problemática do gênero. Ela diz:

Se alguém “é” uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não por que os traços predefinidos de gênero da “pessoa” transcendam a parafernália específica de seu gênero, mas por que o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidade discursivamente construídas. Resulta que se tornou impossível separar a noção de “gênero” das interações políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida (BUTLER, 2017, p. 21).

Nota-se com essa passagem que o gênero “mulher” e mesmo a categoria “esposa” que foi o termo mais comum e usual utilizado pelo próprio movimento não se trata de algo estático e definido por si só, mas de uma construção social que varia no tempo e no espaço. Naquele momento e contexto as esposas não eram apenas “mulheres”, mas eram representantes políticas dos interesses da categoria e do seu próprio grupo. Representando esse papel que de algum modo foi negociado e admitido pela categoria, uma vez que em vários momentos as ações foram realizadas em conjunto, mulheres e policiais.

Há, portanto, um conflito estabelecido dentro do próprio conflito/movimento, o de ter a mulher/esposa como uma categoria de identidade construída – socialmente – pelas estruturas jurídicas da política e do discurso oficial e socialmente aceito para o papel atribuído às mulheres, ou seja, mães, esposas, ligadas ao mundo doméstico e privado, versus o papel das representantes políticas que negociam os destinos da categoria e expõe suas mazelas. Não apenas com uma atuação militante e intervenções efetivas paralisaram por um período as atividades policiais, como também se colocaram a mesa de negociação com as autoridades do estado do Paraná, como o próprio secretário de segurança pública que recebeu uma comitiva de representantes do movimento.

Elas se colocaram como interlocutoras junto a imprensa, davam entrevistas, participavam de debates, enfim, elas se tornaram a voz e o rosto do movimento, deixando a esfera do privado e alçando a esfera do público, rompendo uma barreira social bastante demarcada, sobretudo nas instituições militares. Pode-se presumir

que ao romper esta barreira as “esposas” assumem assim a condição de “inimigas”, de um grupo perigoso em potencial. Não apenas por suas ações de “tranca quartéis” que no momento final do movimento já estavam bastante enfraquecidas e confinadas quase que apenas ao QG da PM no centro da capital do estado, com um grupo muito pequeno de mulheres, sem colocar em risco, portanto, as atividades operacionais da rotina da polícia. Elas se tornaram perigosas porque subverteram a ordem social. Quebraram a hierarquia institucional, mas também a hierarquia social. Sobre isso Palma relata que:

O estudo da gênese desse fenômeno, e de seus apoios externos, possibilitará ambientar o futuro da milícia para os “novos tempos” que se avizinhm.

Nesse contexto, emergem os movimentos das esposas e pensionistas de policiais e bombeiros-militares, cujo principal objetivo é a defesa dos interesses individuais e coletivos dos associados.

No momento em que a Corporação investe em capacitação de seus efetivos com esforços centrados no crescimento individual, prepara-se para absorver novas tecnologias e divulga que seu principal recurso é o ser humano policial-militar, aparece essa manifestação aparentemente espontânea, impulsionando o homem por trás da farda a admitir ser substituído pela sua companheira em suas aparições perante o comando de unidades policiais militares.

O sentido e o contorno social desses episódios merecem a atenção devida pela autoridade que possui o condão de nortear rumos da Corporação ante a modernidade e a velocidade de adaptação às mudanças. Ignorá-lo, pode impedir um planejamento adequado tão desejado pelo povo que quer resultados mais eficazes, além de permitir um distanciamento entre o comandante e seus comandados (PALMA, 2006, p. 01).

Essa pequena passagem é bastante reveladora e podemos a partir dela explorar vários pontos que já abordamos. Um aspecto bem curioso é que o autor, um oficial da polícia, sugere que o trabalho sirva como uma espécie de “manual” para lidar com esse tipo de situação nos “novos tempos”. Pelo visto o tema não interessa apenas a sociologia! Reconhecendo assim o problema e que futuramente ele pode se repetir ou ganhar outros contornos, mas aparentemente sem reconhecer as causas. Um segundo aspecto é a sugestão que o texto traz de como a instituição trata os policiais militares “*seu principal recurso*”, o que por si só já aponta uma complexidade bastante grande no sentido da desumanização do sujeito policial e dos desdobramentos em torno disso, algo bastante discutido no capítulo dois quando tratamos do perfil e do caráter desta instituição.

Fora esses pontos mais curiosos e polêmicos, a parte que mais me pareceu reveladora e dialoga com o que apresentei nas linhas logo acima, é justamente a parte grifada da citação onde o autor além de questionar a espontaneidade do movimento,

o que não é de todo errado, apesar do tipo de questionamento que parece indicar alguma instrumentalização ou manipulação por grupos externos. Por óbvio, um movimento que consegue atingir diversas regiões do estado e fechar várias unidades importantes de policiamento, inclusive paralisar o serviço policial da capital do estado durante alguns dias não pode ser completamente espontâneo, nem se desenvolver sem alguma articulação entre as partes rebeladas. Algum grau de organização do grupo militante é possível de se prever, embora não possamos afirmar que houvesse nenhuma força política atuando na condução dos acontecimentos, ao contrário; isso não foi encontrado e em algumas entrevistas as lideranças declararam buscar apoio político em determinado momento justamente para se proteger das represálias do governo que já eram presentes.

Durante o período mais crítico, algumas forças políticas e mesmo alguns parlamentares se colocaram como mediadores, ou prestavam solidariedade e apoio aos acampamentos e atos públicos, mas nada de muito expressivo. Na sequência o mesmo autor ainda levanta quase que um “impeditivo moral” a atuação das esposas, como se os policiais fossem de alguma forma tirados de seu estado normal, embriagados a ponto de perder o juízo e permitir que suas esposas assumissem o papel de líderes se colocando como interlocutoras junto ao comando e demais autoridades constituídas “...*impulsionando o homem por trás da farda a admitir ser substituído pela sua companheira em suas aparições perante o comando de unidades policiais militares.*”

Creio que isso é um indicativo bastante forte do que abordei acerca desta transposição, mesmo que momentânea, da barreira social que as mulheres rompem durante aquele movimento. Por fim, ele apresenta ainda a preocupação com a quebra da hierarquia quando o autor se refere ao distanciamento entre comandante e comandados, o que por si só é uma contradição, pois os ditos pilares básicos da organização militar preveem exatamente esse distanciamento de forma verticalizada.

## 5.1 BARREIRA SOCIAL E FRONTEIRA MORAL

Segundo os jornais foram aproximadamente 700 policiais envolvidos na retirada naquele dia. Para mim isso tornou claro a “utilização dos corpos femininos” por ambos os lados, Movimento Grevista e pela Polícia Militar. O movimento que por

sua vez utilizava, talvez pela primeira vez na história da PM, as mulheres como as principais líderes e protagonistas de um evento que conseguiu por alguns dias paralisar as atividades policiais do estado, teve como resposta do estado a utilização da força, mas fazendo uso dos “corpos das mulheres” também como forma de reprimir o Movimento que trancava as entradas dos quartéis.

Para tanto o debate sobre a utilização dos “corpos” femininos me pareceu algo indispensável na problematização do objeto, que para mim, sem dúvida, até o momento era um movimento grevista de policiais. A partir de então outras questões ganham espaço e o objeto vai tomando forma. Isso trouxe outra dinâmica a pesquisa de campo e algumas atualizações tiveram que ser feitas a partir deste momento, como, por exemplo, entrevistar outras policiais que atuaram na operação de retirada naquele dia. Também precisei dar mais atenção ao que diziam as matérias dos jornais acerca deste fenômeno que para mim parece fundamental ao trabalho.

Ao não optarem pelo enfrentamento direto fazendo o uso da força para retirar as mulheres das entradas dos quartéis, tanto os policiais que apoiavam, mas não estavam envolvidos diretamente, quanto os policiais contrários ao movimento e também a própria administração se encontraram em um dilema, um “obstáculo moral”: o de não “violiar o próprio corpo” ou a extensão dele que neste caso estava representado pela própria mulher”, sua ou de seus companheiros.

Ou melhor, as mulheres de seu próprio grupo. Havia uma espécie de acerto por parte dos policiais engajados no movimento, e esta era uma justificativa bastante plausível. Eles não tinham como realizar suas atividades habituais por que havia um “bloqueio” das entradas dos quartéis. Contudo, os demais que não estavam, digamos assim, apoiando diretamente e apenas tentando seguir com sua rotina normal, também se sentiram melindrados em tentar desobstruir as entradas dos quartéis, pois afinal quem estava fazendo o bloqueio das entradas eram no limite, as esposas dos seus companheiros e colegas de trabalho, gerando uma tensão dentro do próprio grupo. Em última instância mesmo a administração se viu em uma situação delicada para fazer o uso da força como é de sua prática habitual. Isso se confirma na tentativa de desobstruir as entradas do Quartel Geral da PM no centro de Curitiba pela tropa de choque durante uma das primeiras intervenções das mulheres no mês de maio 2001 na capital.

Essa ação gerou uma reação por parte do movimento que imediatamente mobilizou um grande número de policiais fardados na frente do quartel em apoio as mulheres que resistiram bravamente a retirada. Portanto, ao “violiar seu próprio corpo”

e nesse sentido o corpo da mulher e da família do policial pode ser entendido como a extensão do seu próprio corpo. Mesmo se quisermos evitar qualquer exagero, ao tentar retirar as mulheres das entradas dos quartéis utilizando a força, o grupo foi atingido diretamente, ou seja, os membros do seu grupo foram violados. A sequência deste episódio foi justamente o que desencadeou um apoio e solidariedade maior de PM's encorajando uma aparição despida de qualquer recurso que pudesse garantir a segurança e o anonimato dos policiais, como tocas e balaclavas bastante utilizadas até então para esconder os seus rostos.

Até aquele momento as praças eram representadas em sua maioria pelas mulheres ali dispostas a lutar por eles, tendo apenas alguns mais destemidos e engajados se colocando nos primeiros atos públicos do grupo. Um grande número de policiais se concentrou em frente ao quartel do comando da polícia gerando uma tensão muito grande e a possibilidade de enfrentamento armado entre as partes. É importante ressaltar que essa “barreira moral” se dá apenas entre os iguais sem ter o mesmo efeito quando se trata de outros grupos. Seria irresponsável esquecer o caso do dia 29 de abril de 2015 onde grande parte do grupo de manifestantes era formado por mulheres professoras e foi repellido com extrema violência pela polícia militar<sup>28</sup>.

Portanto, essa fronteira moral que não pode ser ultrapassada atua somente entre iguais. As mulheres representavam parte do conjunto de militares, elas eram parte da grande “família militar”. Esse momento de grande tensão foi decisivo para o desfecho dos acontecimentos fazendo com que a tropa de choque recuasse para dentro do quartel e o movimento ganhasse força. Duas mulheres foram presas e várias reclamaram de agressão. Quando da retirada definitiva no mês de julho o comando adotou uma alternativa para minimizar os danos, mesmo depois de obter autorização judicial para utilizar a força e realizar a retirada do acampamento. A tentativa frustrada de remover o acampamento no mês de maio não se mostra transparente sem tensões e enfrentamentos, pois houve casos de prisões, de confronto entre policiais e esposas como mostram as matérias dos jornais pesquisados.

Na matéria a baixo, do Jornal Primeira Hora do dia 18 de maio de 2001, aparece a referência a líder de Londrina Conceição dos Santos e a Associação das Mulheres de Policiais e Bombeiros Militares de Curitiba e Região Metropolitana (Assesp) com apenas seis filiadas que, segundo a reportagem, aprovou um acordo com o governo. Também relata a prisão de 2 mulheres pelo “choque” na operação que

---

<sup>28</sup> VALLE, D. Jornalista de Curitiba revela detalhes do massacre de 29 de abril. Disponível em <<https://goo.gl/uLnKug>>. Acesso em: 9 ago. 2017.

tentou impedir as mulheres de ocuparem a entrada do setor de abastecimento de viaturas no QG da PM. Destaca ainda que Curitiba, Foz do Iguaçu e Paranaguá mantêm o movimento, enquanto Londrina teria aceitado um acordo. A matéria também fala sobre a paralisação parcial do serviço, inclusive sem o funcionamento da rádio patrulha e conta a história de uma vítima de assalto que apoia o movimento.

FIGURA 7 – ACORDO PIFOU



FONTE: Jornal Primeira Hora do Dia, p. 2. 18/05/2001.

Já no jornal Folha de Londrina do mesmo dia (abaixo), destaca em matéria mais completa que a proposta do governo não agradou as “mulheres”, cita ações como a tomada de viaturas, esvaziamento dos pneus das viaturas policiais e desligamento de energia dos quartéis. Cita outras cidades como Campo Mourão e ainda destaca o clima frio e a chuva enfrentada pelas mulheres. No detalhe da foto no canto esquerdo da página há destaque para a prisão de manifestantes após o bloqueio do setor de suprimento e manutenção, onde fica o serviço de abastecimento de viaturas e em consequência da ação da tropa de choque a adesão de policiais inclusive de outros batalhões ao movimento. A foto maior dá destaque para policiais de mão dadas enquanto policiais do choque devidamente equipados fazem uma barreira em frente ao portão. Logo abaixo da foto que mostra uma mulher sendo detida por policiais da tropa de choque tem uma legenda que diz. “Sem comando, policiais do Choque prendem manifestante que tentava bloquear portão do Centro de Abastecimento e Manutenção da PM”.

FIGURA 8 – PROTESTO DA PM AMEAÇA SEGURANÇA



FONTE: Folha de Londrina, p. 8. 18/05/2001.

Em uma das entrevistas o policial revela que os maridos faziam a segurança das esposas a distância, ficavam nas esquinas e rondando ao redor das unidades onde elas estavam acampadas para garantir que nada aconteceria. Também destaca que se os policiais quisessem sair dos batalhões eles teriam saído e que as mulheres não teriam como impedir. Reforçando a ideia de uma espécie de “acordo velado do movimento” e que a “fronteira moral” operavam em conjunto. O que também não impediu que as esposas sofressem todo tipo de assédio e pressão por parte da administração para abandonarem os acampamentos. Uma delas revelou que elas sofriam cantadas e até ofertadas de dinheiro por parte dos oficiais para abandonarem o movimento: “eu nunca falei isso para ele, porque ele estava muito nervoso e podia..., mas alguns oficiais davam cantadas na gente, convidavam para sair e até ofereciam dinheiro”.

As matérias de jornais também mostraram algumas tentativas de persuadir e intimidar as mulheres, como com bombas de efeito moral e viaturas descaracterizadas passando em velocidade durante a noite nos acampamentos, além de ameaças diretas. Como nos mostra a matéria do dia 21 de julho já próximo ao desfecho da situação, onde uma imagem ilustra a situação relatada pelas mulheres que apesar de sofrerem intimidações se dizem dispostas a enfrentar. Jornal Folha de Londrina 21 de julho de 2001.

FIGURA 9 – MULHERES PROMETEM RADICALIZAR



FONTE: Folha de Londrina, p. 4. 21/07/2001.

Mesmo que esta tensão fosse de alguma forma permanente, a “fronteira moral” aparece como um fato observável neste evento e que só foi ultrapassada utilizando-se de um subterfúgio e no momento exato em que se encontram forças e alternativas para tal.

Entre os meses de maio e julho houve uma trégua onde o governo assumiu o compromisso de apresentar uma proposta aos policiais. Ocorre que ao fim do prazo não houve avanços e a promessa de não punir os policiais que estavam envolvidos nos atos de maio não estava sendo cumprida e muitos passaram a responder administrativamente por sua participação nos primeiros atos desencadeados pelo movimento. Foram abertos IPM’s para apurar possíveis crimes cometidos pelos policiais do movimento. Além de algumas transferências de cidades que tinham a nítida intenção de punir os militares, outros policiais foram mandados para fazer a segurança de algumas unidades prisionais que tinham passado por rebeliões e estavam com suas estruturas físicas bastante comprometidas, deixando os policiais em uma situação vulnerável e de muita precariedade nesses ambientes. Diante deste quadro o movimento resolve retomar as ações de ocupar as entradas dos quartéis.



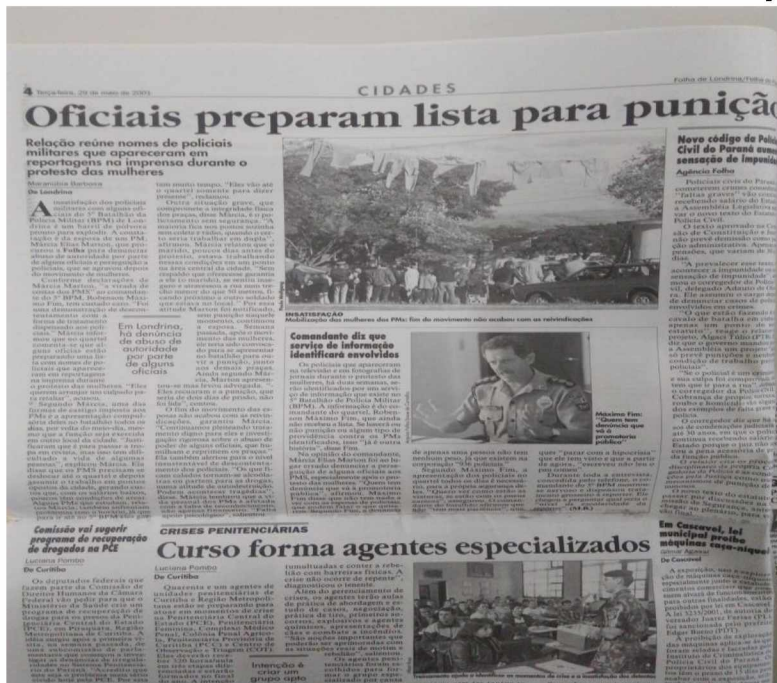
FIGURA 10 – PM CONTINUA DENTRO DA PCE



FONTE: Folha de Londrina, p. 2. 17/07/2001.

Os policiais que participaram dos atos de maio principalmente os que deram as costas ao comandante do 5º BPM foram submetidos a IPMs e sofreram perseguições como transferências de unidades, inclusive para outras cidades.

FIGURA 11 – OFICIAIS PREPARAM LISTA PARA PUNIÇÃO



FONTE: Folha de Londrina, p. 2. 29/07/2001.

Foi neste contexto que pudemos observar a ambiguidade do movimento e sua amplitude. Ao me referir a “fronteira moral” e “barreira social” e a transposição desta barreira por parte das mulheres que protagonizaram esse evento, não estou propondo

uma ação consciente nestes termos, o que não torna menos interessante a questão. As mulheres ali engajadas estavam muito conscientes do que pretendiam fazer e quais os seus objetivos, embora não refletissem acerca de questões de gênero mais complexas e tampouco era esse o seu objetivo.

Ao enfrentarem a barreira do machismo e da própria estrutura institucional e ousarem ocupar papéis que são demarcadamente masculinos elas por vezes acabavam reproduzindo o próprio discurso oficial quase que completando um movimento circular de emancipação tanto pessoal da mulher, quanto da categoria de polícias, porém que logo em seguida retornava e recompunha a hierarquia e a ordem estabelecida. Um exemplo disso se deu quando ao término da reunião com a comissão do governo, uma liderança pronuncia a seguinte frase ao ser perguntada pela repórter Fabíola Guimarães no jornal Paraná TV exibido em 17/05/2001, diz ela: “você chegaram a um acordo com o governo, mas as manifestações em frente aos quartéis, as mulheres ainda estão lá, devem ficar lá ou a partir de agora termina essa manifestação?”.

*Maria da Conceição:* “olha, nós tivemos uma reunião ontem, voltamos hoje com os secretários e o nosso comandante, nós tivemos um avanço em alguns itens e ficou um item só que é a alegação do pessoal do governo que é a lei de responsabilidade fiscal, então nós demos um prazo para o pessoal do governo que comece a pagar... a implantar na folha de pagamento o anseio de toda a corporação... então isso veio não de uma parte, não de outra e nós chegamos num consenso... **e o pessoal do governo é que vai resolver**... dentro de 60 dias... se essa medida não for tomada as mulheres retornam o movimento. É um movimento que está acontecendo hoje... eu gostaria de pedir a todos os policiais do Paraná inteiro que se acalmassem, que confiassem na liderança que está negociando, que nós estamos fazendo tudo para que aconteça da melhor forma possível”.

*Repórter:* “as mulheres devem continuar na frente dos quartéis ou não, agora já pode ser desmontado esse acampamento?”.

*Maria da Conceição:* “olha, eu tô falando da minha unidade lá em Londrina, eu gostaria que as mulheres permanecessem até minha chegada, eu já estou indo pra Londrina, onde nosso comandante vai colocar todo efetivo e sua família em todas as unidades pra que possamos passar pra eles o que ficou acordado aqui hoje na reunião”.

A reportagem acabava de mostrar, antes dessa declaração ao vivo, que houve uma grande adesão de policiais após o enfrentamento com a tropa de choque seguida

de duas prisões de manifestantes. As imagens mostram várias viaturas chegando ao local e dezenas de policiais somando-se ao protesto. O grupo era bastante grande e muitos estavam uniformizados e armados. Eles gritavam “choque recolhe ou se une a nós”.

Um capitão do choque tentou se aproximar e dialogar, mas os manifestantes viraram as costas. O grupo deu as mãos, gritou “união” em demonstração de coesão interna. A tropa de choque acabou recuando e esta pode ser considerada uma vitória do movimento. A matéria também destacou que essa ação foi em seguida ao fechamento do 13º BPM, o batalhão, localizado na zona sul da cidade, que atende a maior área da capital e que os policiais desta unidade se juntaram ao movimento em frente ao QG.

Esse pode ser considerado o ponto alto da primeira fase do movimento no mês de maio e outras matérias de jornais dão destaque a reunião com o governo que “finalmente” aconteceu. De fato, elas conquistaram a reunião e o reconhecimento de representantes legítimas na marra, o governo demorou a recebê-las. Mas ao se referir ao comandante da PM, “*como nosso comandante*” por duas vezes e afirmar que “**o pessoal do governo é que vai resolver**”, ela está imediatamente recompondo a hierarquia quebrada sendo justamente o que as fez conquistar espaço para o diálogo em uma posição de destaque e representação política dos policiais.

Mesmo elas pertencendo a grande família miliciana, elas não pertenciam a instituição policial de forma orgânica, sendo assim não tinham comandante. É claro que devemos ponderar as minúcias que envolvem esse tipo de negociação e as dificuldades logísticas e de organização do movimento, mas parece evidente que a fala não foi muito proveitosa aos interesses do grupo sublevado, tanto é que esse momento também marca uma divisão no movimento que se seguiria a continuação dos acontecimentos. Politicamente sua força estava justamente na ruptura na cadeia de comando e no distanciamento da administração, até por que a pauta era destinada às praças. Os oficiais, a administração do sistema estava sendo pouco ou nada afetada com a política salarial do governo.

Em outra matéria do jornal Folha de Londrina do dia 20 de maio de 2001 é justamente a atuação da mulher que recebe destaque. A manifestante entrevistada conta sobre os dilemas sofridos pela família por causa do afastamento do marido devido à necessidade de fazer “bicos”, ter um segundo emprego para completar a renda. Ela ainda afirma que partiu dela a iniciativa em se juntar as demais mulheres

quando tomou conhecimento do movimento pela imprensa. E destacou a união das mulheres como uma vitória do grupo.

FIGURA 12 – DONA DE CASA ESQUECE A TIMIDEZ E ADERE AO PROTESTO



FONTE: Folha de Londrina, p. 2. 20/05/2001.

No dia 25/07/2001 o movimento já não tinha a força inicial e a PM se preparou técnica e taticamente para realizar a retirada das mulheres de frente do quartel do comando, último reduto de resistência da luta das mulheres. O clima ficou tenso e a ação já era de alguma forma esperada. Os policiais foram convocados para se apresentar em outra unidade e alguns entrevistados dão conta de que alunos recém-formados no curso de formação de soldados e cadetes da academia de oficiais da PM teriam sido escalados para a tropa que executaria a operação de retirada. As policiais femininas foram reunidas em um colégio estadual do centro da cidade.

Desta forma, logo pela manhã os preparativos foram feitos e durante a tarde as tropas se posicionaram para executar a missão. Alguns policiais se juntaram as mulheres, mas eram poucos a essa altura. Mantinham seus rostos cobertos e tentaram desesperadamente chamar os colegas para o local. Sem sucesso, boa parte da tropa já estava retornando as atividades normais e atendeu ao chamado de apresentação do dia anterior feito pelo comando, desmobilizando ainda mais o movimento grevista. Assim, a tropa se posiciona nas duas extremidades da avenida Getúlio Vargas onde está localizado o QG da PM e onde o acampamento estava montado. Os jornais noticiaram que a resistência das esposas contou com oração,

mãos dadas e gritos. O jornal folha de Londrina destacou a diferença numérica entre a tropa e as mulheres acampadas em frente ao quartel. Em outra matéria há a comparação do mesmo número de policiais utilizados para uma ação contra o MST.

FIGURA 13 – MANIFESTANTES PROMETEM OFENSIVA



FONTE: Folha de Londrina, p. 1. 25/07/2001.

Não foi suficiente: o número de policiais escalados na operação era muito superior. A frente da tropa de choque havia uma tropa menor que teria a tarefa de fazer a aproximação e retirar as esposas. Entre os homens e as esposas do movimento estavam as mulheres de farda. O seu não lugar, agora foi demarcado. Foi o lugar da “proteção contra o contágio moral que os homens teriam se tivessem que violar seu próprio corpo”. Os corpos femininos foram a barreira contra a contaminação devido ao rompimento da fronteira moral. Sem equipamentos de proteção e com lágrimas nos olhos, elas, as mulheres fardadas encararam as mulheres de seus companheiros de trabalho. Muitas especialmente contrariadas receberam a difícil tarefa de retirar as esposas do local para que os policiais desmontassem o acampamento.

As hostilidades foram de ambos os lados, as PMs receberam cuspes, xingamentos e ponta pés, a resistência forte, destemida e determinada das esposas não suportou por muito tempo e elas foram literalmente arrastadas do local e direcionadas para além da esquina com a rua Marechal Floriano Peixoto, onde uma barreira policial já estava armada. Policiais femininas arrastam manifestante que estava acampada em frente ao QG. No fundo a barreira de policiais mulheres que foi escolhida para a “missão”.

FIGURA 14 – MULHERES DE PMS SÃO RETIRADAS À FORÇA



FONTE: Folha de Londrina, p. 1<sup>29</sup>. 25/07/2001.

O contraste é justamente com as demais tropas que em sua maioria contava com equipamentos de segurança e se manteve a retaguarda atuando logo em seguida. Alunos da academia e soldados recém-saídos do curso de formação também foram utilizados na ação. Estes podiam ser considerados mais confiáveis devido aos laços mais próximos com a administração e menos “contagiados” pelas praças rebeldes.

FIGURA 15 – PM REPRIME PROTESTO E PRENDE MULHERES



FONTE: Folha de Londrina, p. 1<sup>30</sup>. 25/07/2001.

<sup>29</sup> A matéria está localizada entre as páginas 8 e 9.

<sup>30</sup> A matéria está localizada entre as páginas 8 a 10.

Dali em diante o movimento teve outro viés, mas perde seu ímpeto inicial. Uma das entrevistadas disse que os policiais recolheram seus pertences pessoais que estavam no acampamento e algum tempo depois quando elas já haviam dispersado, algumas mulheres foram autorizadas a ir até o quartel cobrar a devolução. Os itens foram jogados no canteiro central da avenida sem a menor cerimônia. A entrevistada com um sorriso no rosto disse: “menos nossas agendas, isso eles não devolveram”.

De fato, parece que outras pessoas se interessaram pelo movimento além de mim. No mês de agosto aniversário da PMPR a assembleia legislativa resolve homenagear a instituição através de seus representantes políticos oficiais, é claro. As mulheres organizam um protesto e dentro da Alep com faixas, vão ao presidente da casa que ameaça interromper a sessão e com um breve discurso moralista exige “respeito”. De forma bastante disciplinada elas fazem silêncio depois do apelo e assim que o Comandante Geral é convidado a fazer uso da palavra elas aplaudem e gritam seu nome como se fosse a estrela do time. A hierarquia estava reposta, mas elas continuariam seu trabalho, conquistando espaços importantes que até hoje podem ser reconhecidos.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho teve o objetivo de apresentar ao leitor uma abordagem bastante singular sobre um evento que teve muita repercussão a época e que ainda hoje desperta paixões. Não foi o único dentro de sua categoria, ou seja, outros movimentos grevistas foram vistos na história da polícia militar Brasil afora, em diversos momentos e com vários formatos. Há uma especificidade neste evento e que chama a atenção, até mesmo por que pode ser considerado uma inovação da categoria rebelada. Ao conciliar a greve e a ação contundente das esposas dos policiais como líderes do movimento, o grupo quebra um paradigma e inseri um repertório inovador à categoria de militares. A participação das mulheres como líderes do movimento apresenta outra singularidade. Elas quebram uma barreira social que é bastante demarcada nas instituições militares brasileiras. O universo militar é dominado pelo masculino, pelo homem. Reconhecer a liderança feminina abertamente é um enfrentamento ainda mais ousado do que paralisar a atividade de policiamento do estado.

Por outro lado, o tipo de ação, de tática adotada pelo movimento grevista, que era a utilização do corpo – principalmente o corpo feminino – diretamente nas intervenções feitas pelo grupo com o objetivo de bloquear as entradas e saídas das unidades da PM, suscitou um dilema a administração, ou seja, aos oficiais, mas também ao próprio grupo de militares interessados na reivindicação, as praças da corporação. Mesmo aqueles que não se envolveram diretamente no movimento reivindicatório. Uma barreira moral que foi rompida ao fazer uso dos próprios corpos femininos pela administração da instituição. Todavia, os corpos usados foram os das mulheres fardadas, as policiais femininas. Que encontram assim o seu lugar dentro da instituição naquele momento.

Também revela a contradição permanente entre o que se busca, ou o que se diz buscar em um movimento como este, e a própria instituição a qual o grupo pertence. Assumindo a suposição de que as corporações policiais militares brasileiras são instituições totais, um movimento desta ordem só pode apresentar uma contradição, pois todas as demandas que estão além de reivindicações salariais, entram em choque frontal com o que estrutura a própria instituição. Os elementos básicos que a caracterizam. Então, de certa maneira flexibilizar alguns destes elementos é apenas ilusório, quando na verdade a transformação completa do modelo adotado para a segurança pública brasileira e a construção de instituições, aí sim de



outro caráter e até mesmo com outra função, por assim dizer. Uma polícia pelo cidadão e a promoção da cidadania e não uma polícia para o Estado e a serviço dos grupos privilegiados que dominam a sociedade. Certamente há espaço para muito debate sobre este tema e nossa contribuição é apenas mais uma pedra na construção desta grande escada.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. R. **Tropas em Protesto**: O ciclo de movimentos reivindicatórios dos policiais militares no ano de 1997. 472 p. Orientador José Carlos Sebe Bom Meihy. FLCH/USP, 2010. Tese (Pós-Graduação em História Social) - Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- AUDOIN-ROUZEAU, S. **Massacres**: o corpo e a guerra. In: CORBIN, A.; COURTINE, J. J.; VIGARELLO, G. (dir.). História do corpo: as mutações do olhar: o século XX. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 365-416. COURTINE, Jean-Jacques.
- BARRETO, M. F. **História da Polícia do Rio de Janeiro**: aspectos da cidade e da vida carioca (1565 – 1831), Rio de Janeiro: A Noite, 1939.
- BATTIBUGLI, T. **Polícia, democracia e política em São Paulo** (1946-1964). São Paulo: ed. Humanitas, 2010.
- BORDIN, M. “**A polícia e a revolta cabocla nos sertões do Contestado**” Pp. 321 a 344 in: Contestado em guerra: 100 anos do massacre insepulto do Brasil – 1912-2012. Nilson Cesar Fraga(org.). Florianópolis: Insular. 2012.
- BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade, 14ª ed.; tradução, Renato Aguiar, Rio de Janeiro Civilização Brasileira, 2017.
- CASTRO, C. **O espírito militar**: um antropólogo na caserna. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- DALLARI, D. A. **O pequeno exército paulista**. São Paulo: Perspectiva, 1977.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão; Tradução de Raquel Ramalhe. 37. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Aula de 5 de abril de 1978** pp. 449 a 481 in: A Segurança, território, população; tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FREYRE, G. **Casa grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. 25. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1987.
- GOFFMAN, E. **Manicômios, Prisões e Conventos** Tradução de Dante Moreira Leite. ed. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- GOHN, M. da G. **Teoria dos Movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- HOLLOWAY, T. H. **Polícia no Rio De Janeiro**: repressão e resistência numa cidade do século XIX. Tradução Francisco de Castro Azevedo. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

MAESTRI, M. **Cisnes negros**: uma história da Revolta da Chibata. São Paulo: Moderna, 2000.

MARLENE, T. et al. **Normas para apresentação de trabalhos científicos** No curso de ciências sociais da UFPR. Curitiba: UFPR, 2012.

MAUSS, M. **As técnicas do corpo** pp. 399 – 420. in Sociologia e antropologia. Tradução de: Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MCADAM, D.; TARROW, S. e TILLY, C. **Para mapear o confronto político**. Tradução de: SALLUM A. M. São Paulo: Lua Nova. 2009. “To map contentious politics”. Mobilization: An International Journal I(1), 1996, pp. 17-34.

MORAES, P. R. B. de **Punição, encarceramento e construção de identidade identidade profissional entre agentes penitenciários**. 1ª Ed. São Paulo: IBCCRIM, 2005.

OIKAWA, T. E. **Porecatu**: a guerrilha que os comunistas esqueceram. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PALMA, M. de C. **Reivindicações Sindicais na Polícia Militar de Londrina – 2003 a 2005**. 80 p. Monografia (Especialização em Estratégias em Segurança Pública) convênio Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

PARANÁ, Executivo Estadual. Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná. 2ª sessão da 9ª Legislatura. **Typographia d’a República, Curityba**, PR, 3 fev. de 1909.

QUIVY, R. **Manual de Investigação em ciências sociais**. 5. ed. Tradução João Minhoto Marques. Lisboa: Gradiva, 2008.

SILVA, O. H. **A foice e a cruz**: comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná. Tradução Andreia Gaifami. Curitiba: Rosa de Bassi, 2006.

SODRÉ, N. W. **História militar do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

WEBER, M. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva; Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Universidade de Brasília, 2004.